SGS GLOBAL

REVISTA DO GRUPO SGS PORTUGAL | N.º 36 FEVEREIRO 2018

SUSTENTABILIDADE

O CAMINHO DAS ORGANIZAÇÕES VISIONÁRIAS

ENTREVISTA **SOFIA SANTOS**
DESCENTRALIZAÇÃO **SGS PORTUGAL**
EVENTOS **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

SGS

ÍNDICE

02 A Sustentabilidade na SGS

04 O Mercado Pressiona por Sustentabilidade

06 As Pessoas continuarão a ser a Chave do nosso Crescimento

08 Descentralização da SGS: Uma Estratégia Sustentável

10 AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO

12 Responsabilidade Social e Ambiental na Cadeia Agroalimentar

14 Food Defense

16 A Agricultura Sustentável

18 Alteração do BRC

20 Novas Regras para a Exportação de Produtos Alimentares para os EUA

22 Re-food: Combate ao Desperdício Alimentar

24 CONFORMIDADE DE PRODUTOS DE CONSUMO

26 Centro de Competências da SGS: Têxteis, Vestuário e Calçado

28 SGS Zero Discharge

30 Sustentabilidade na Cadeia de Custódia Florestal

32 RETALHO E SERVIÇOS

34 Desenvolvimento Sustentável na Promoção de Eventos

38 Cliente Mistério: Melhorar através da Experiência dos Clientes

40 GESTÃO ESTRATÉGICA

42 2018: Último Ano para as Transições

44 ISO 45001: Uma Luz ao Fundo do Túnel

46 Gestão do Risco

48 LIDL: Sustentabilidade na Cadeia de Valor

50 Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados

52 Insurance Smart Solutions

54 Auditorias Sociais

56 SGS Legis

58 NETWORKING

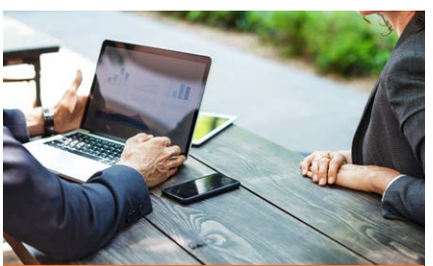
60 Notícias & Eventos

63 Certificações SGS

EM DESTAQUE

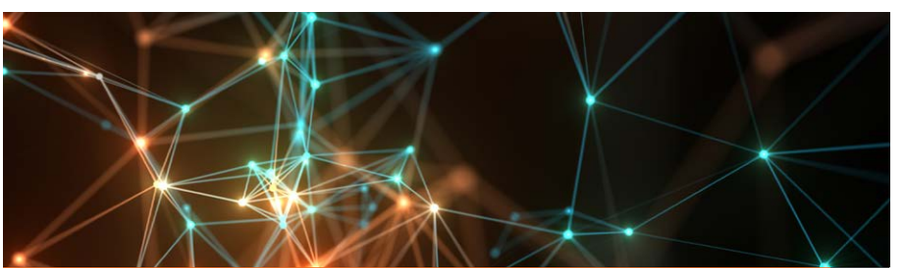
AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO 10

CONFORMIDADE DE PRODUTOS DE CONSUMO 24



RETALHO E SERVIÇOS 32

GESTÃO ESTRATÉGICA 40



NETWORKING 58

FICHA TÉCNICA

Propriedade do Grupo SGS Portugal
Polo Tecnológico de Lisboa,
Rua Cupertino de Miranda, Lote 6
1600-513 Lisboa
pt.info@sgs.com, Tel: 808 200 747.

DIREÇÃO:
Paulo Gomes

REDAÇÃO E DESIGN:
Direção de Marketing do Grupo SGS Portugal

FOTOGRAFIA:
Direção de Marketing do Grupo SGS Portugal; SGS Image Bank; SGS Turquia; iStockphoto; AdobeStock; Stocksnap; Neopop; Lidl; Re-Food; WiZink Bank; S.Hotels; Media Consulting; Hubel Verde; Município de Vila Nova de Famalicão; APORFEST; 6Dias Têxteis; Cruz Vermelha; ACICO; APFM; APQ; INL; Joshua Benoliel.

ISSN 1647-7375

IMPRESSÃO:
Lusoimpress - Artes Gráficas, S.A.

TIRAGEM: 6.000 Exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

MISTO
Proveniente de fontes responsáveis
FSC® C122261

EDITORIAL

O GENUÍNO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS ORGANIZAÇÕES

O desenvolvimento sustentável tem tido um tratamento enviesado por parte de muitas organizações. A temática foi transformada num instrumento de comunicação com práticas desfasadas do propósito negocial de muitas entidades. Não devem ser colocadas em causa as ações de responsabilidade corporativa em prol da sociedade e dos mais desfavorecidos, mas também não devem ser confundidas com estratégias de desenvolvimento sustentável.

Perante as crescentes ameaças a que o planeta tem sido sujeito - e que se traduzem em preocupações permanentes na mente das pessoas - muitas organizações verificam que o caminho a seguir passa por apostar numa real estratégia de desenvolvimento sustentável.

Uma entidade com este foco e orientação incorporará na missão e valores, desígnios intrínsecos de respeito pelo planeta e sociedade implementando práticas que visem o menor impacto ambiental possível. A vida e respeito das gerações vindouras no "*top of mind*" refletirá uma cultura positiva que deve ser adotada pelo maior número de organizações.

As soluções da SGS são muitas vezes catalisadores deste desígnio. Neste número da "SGS Global" demonstramos isso mesmo, assim como o exemplo de algumas empresas também orientadas para o desenvolvimento sustentável.

Em 2017, a SGS chegou aos 95 anos de presença em Portugal e durante o presente ano celebrará 140 anos da sua fundação. A vitalidade de 14 décadas de atividade continua a assegurar o desenvolvimento sustentável de todos os seus *stakeholders*.

PAULO GOMES
Diretor de Marketing
Grupo SGS Portugal

1878 - 2018

HÁ 140 ANOS A CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS ORGANIZAÇÕES

1878
A SGS transforma o comércio do grão, oferecendo serviços de inspeção agrícola inovadores.

1913
Torna-se líder na inspeção de grãos.

1919
Adota o nome que utiliza atualmente, *Société Générale de Surveillance.*

1928
A empresa cresce internacionalmente, com escritórios e afiliadas em 21 países.

1946
Inicia a inspeção de importações Europeias

1950
80% do rendimento da empresa ainda provém do negócio central de Serviços Agrícolas.

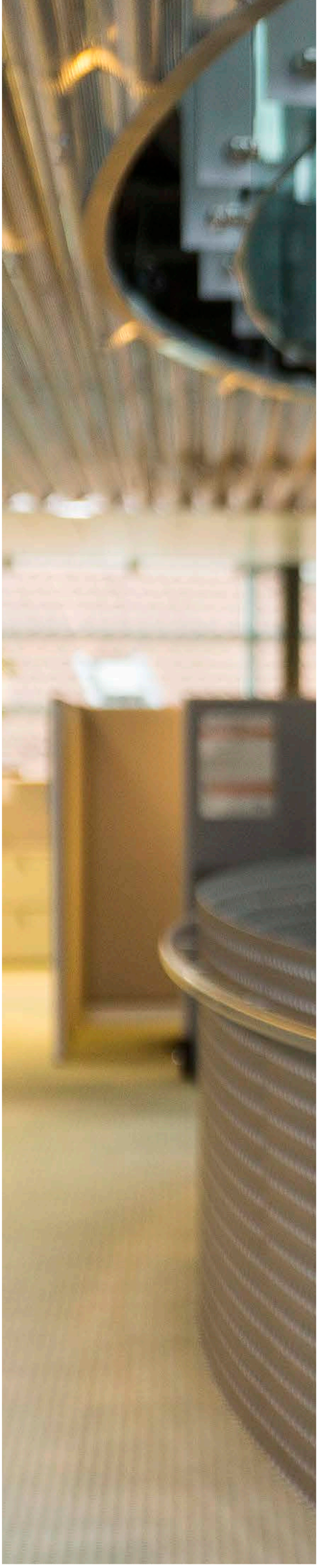
1980
A SGS conta com 113 escritórios, 57 laboratórios e 9.500 colaboradores em mais de 140 países.

1981
A empresa é inserida na Bolsa de Valores Suíça.

2000
Conta com mais de 160 aquisições.

2017
A SGS conta com 2.400 escritórios e laboratórios e 95.000 colaboradores em todo o mundo.

HOJE
Completamos 140 anos de negócio verdadeiramente sustentável



A SUSTENTABILIDADE NA SGS

Entrevista com Daniel Rufenacht, Vice-Presidente de Comunicação Corporativa e Sustentabilidade do Grupo SGS

Há cerca de 10/12 anos, as empresas começaram a realizar relatórios de sustentabilidade produzidos por departamentos de comunicação. O conceito de desenvolvimento sustentável é atualmente muito mais do que o relatório de transparência de uma organização. Concorda?

Os primeiros relatórios de sustentabilidade surgiram no final dos anos 80 e eram essencialmente focados na vertente ambiental. Ao longo do tempo as principais empresas multinacionais começaram a divulgar mais aspetos da comunidade humana e ambiental nos relatórios de sustentabilidade aos *stakeholders*. Apesar das multinacionais ainda serem acusadas de "*greenwashing*", ou "enverdecer" os resultados e comunicação de sustentabilidade, tem vindo a ser realizado um colossal trabalho para integrar a sustentabilidade nos seus modelos de negócio. A SGS é uma das primeiras empresas a publicar um relatório integral e a demonstrar a interligação entre capital humano e social. Partindo de um exercício puro de transparência, a sustentabilidade torna-se cada vez mais parte do ADN corporativo.

Numa organização como a SGS, com presença mundial e 95000 colaboradores, como é gerir a sustentabilidade deste grande Grupo?

A SGS é uma empresa global com planos de sustentabilidade locais.
A perceção de sustentabilidade é diferente em cada cultura e apesar de termos ambições de sustentabilidade globais para 2020, cada país deve implementar um plano de execução baseado no que é necessário para atingir essas ambições. Operamos globalmente com mais de 100 indicadores para reduzir o nosso impacto no ambiente, melhorar as condições de vida das pessoas, trabalhamos com comités locais e produzimos um relatório de sustentabilidade conforme com o GRI (Global Reporting Initiatives).
Estes esforços têm sido recompensados com posições de liderança no prestigiado Dow Jones Sustainability Index, Carbon Disclosure Project (CDP), Footsie4Good e diversas organizações de classificação de consumidores como a Ecovadis. Em Portugal a motivação da nossa equipa permitiu implementar vários projetos.

O Código de Integridade é uma ferramenta importante para a sustentabilidade e reputação da SGS. Isto é uma prática diferenciadora da SGS?

A confiança e a integridade devem ser pontos centrais para qualquer negócio. Na SGS temos um sistema de *governance* claro para educar todos os nossos colaboradores. Em Portugal, por exemplo, formamos os nossos 215 colaboradores em integridade e temos uma linha especial dedicada a esta temática.

Como é que a SGS contribui para o desenvolvimento sustentável das organizações, pessoas e do planeta?

A SGS acrescenta valor à sociedade diariamente. Ajudamos o nosso cliente a ser mais eficiente, a reduzir o seu impacto no ambiente e a melhorar a qualidade e sustentabilidade de produtos e serviços. A SGS é uma empresa de saldo positivo o que significa que traz mais valor para a sociedade do que retira. O Less, o nosso urso polar, ajuda as operações Portuguesas a reduzir as emissões CO2 no seu funcionamento. Ao nível do cliente, ajudamos os nossos parceiros a estar dentro das normas locais, o que é benéfico para a sociedade.

DANIEL RUFENACHT
Vice Presidente
Comunicação Corporativa
e Sustentabilidade
SGS Group

OS NOSSOS OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE PARA 2020

Excelência Profissional

- Ligar o plano de gestão de incentivos à sustentabilidade
- Trazer valor sustentável mensurável à sociedade

Pessoas

- Manter uma taxa de rotação natural dentro do máximo de 10%
- 30% das posições de gestão de topo serão ocupadas por mulheres
- Reduzir a nossa Taxa Total de Incidentes Registáveis (TRIR) e a Taxa de Tempo Perdido com Lesões por 50%*

Ambiente

- Reduzir as nossas emissões CO2 anuais (por ETI) em 20%*
- Reduzir as nossas emissões CO2 anuais (por receita) em 20%*

Comunidade

- Aumentar o nosso investimento em comunidades por todo o mundo em 30%*

*comparado com uma base de 2014

MEMBER OF
Dow Jones
Sustainability Indices
In Collaboration with RobecoSAM

O MERCADO PRESSIONA POR SUSTENTABILIDADE

Entrevista com Sofia Santos, Secretária Geral do BCSD Portugal, Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável

A sustentabilidade está a sair dos departamentos de comunicação para fazer parte da estratégia global das organizações?

Sim. Hoje em dia a sustentabilidade já é reconhecida por muitas empresas como um fator estratégico. O Acordo de Paris, os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, a Economia Circular, o decreto-lei sobre a informação não-financeira e a cadeia de valor são hoje temas fundamentais para um número crescente de empresas. Ao serem incorporados na gestão, estes temas abrangem muitos mais departamentos do que a comunicação, passando a ser relevantes também para os departamentos financeiros, jurídico, estratégico entre outros.

Já é notado o efeito dos critérios da sustentabilidade na cadeia de valor?

Sim, sem dúvida. Implementar uma estratégia de sustentabilidade implica identificar os riscos ambientais, sociais e de governance ao longo da cadeia de valor. Por outro lado, a recente publicação do decreto-lei que vai obrigar a divulgação de informação não-financeira por parte das grandes empresas cotadas em bolsa e das empresas de interesse público com mais de 500 trabalhadores, vem também reforçar a possível necessidade de as empresas compreenderem os riscos associados à cadeia de valor. Existem várias empresas que têm códigos de ética e códigos de fornecedores, reforçando assim a importância dos temas da sustentabilidade junto dos seus parceiros. O próprio BCSD lançou uma Carta de Princípios que identifica um conjunto de práticas de gestão sustentável e que se estendem à sua cadeia de valor. Esta Carta de Princípios está disponível no website do BCSD e pode ser subscrita por associados e não associados do BCSD.

A sustentabilidade torna-se num instrumento de competitividade se os consumidores forem sensíveis a estes critérios. Considera que a sustentabilidade já é um critério de seleção dos produtos e serviços?

Diria que existe um número crescente de consumidores que se preocupa com a sustentabilidade dos bens e serviços que consome. Quer porque consideram que esses produtos têm uma melhor qualidade, porque têm menor impacto ambiental ou porque têm uma maior preocupação com as componentes sociais. No entanto, para que estas opções de escolha

BCSD Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável
EQUILÍBRIO RESPONSÁVEL

sejam mais massificadas pelos consumidores é essencial comunicar de forma simples e clara as características de sustentabilidade dos bens aos consumidores. Acredito que hoje a sustentabilidade já é um critério de seleção de alguns produtos por uma parte da população, mas se a comunicação dessas características fosse realizada de forma mais evidente haveria, sem dúvida, uma venda crescente destes bens e serviços.

Relativamente à sustentabilidade, qual a maturidade do consumidor português face à Europa e ao resto do mundo?

Na europa, países como Holanda, Dinamarca, Suécia e Inglaterra têm níveis de conhecimento sobre a sustentabilidade muito mais evidentes do que os existentes em Portugal. São também sociedades com maior poder de compra. Sem dúvida que para consumir com maior sustentabilidade, seria fundamental ter uma política fiscal que induzisse esse consumo ou uma maior produção desses bens. Assim, para aumentar os níveis de consumo de bens sustentáveis pelos Portugueses, essa política fiscal poderia ter um efeito catalisador relevante na criação das condições de mercado.

Sobre o BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável

O BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável agrega e representa empresas que se comprometem ativamente com a sustentabilidade e é um dos dinamizadores nacionais de transição para uma economia de baixo carbono, que valorize ecossistemas e seja geradora de bem-estar na sociedade. Através do desenvolvimento de projetos interempresas que estimulam o desenvolvimento sustentável, o BCSD é um ator influente e inspirador de novos modelos de negócio, competitivos, inovadores, responsáveis, sustentáveis e inclusivos. Ao intervir no desenvolvimento de políticas públicas, o BCSD fomenta a colaboração entre a comunidade empresarial, os decisores políticos e a sociedade civil. Com ampla representação setorial, o BCSD conta com mais de 90 empresas que dão emprego direto a mais de 270 mil pessoas. O volume de vendas dos associados não financeiros do BCSD representa 38% do PIB nacional, valor que se traduz em mais de 65 mil milhões de euros de volume de negócios e um VAB entre 6 a 8% do PIB.

SOFIA SANTOS
Secretária Geral
BCSD Portugal

“AS PESSOAS CONTINUARÃO A SER A CHAVE DO NOSSO CRESCIMENTO”

João Marques, Presidente do Conselho de Administração da SGS Portugal, faz uma breve viagem pelo passado de sucesso da entidade, sublinhando o papel decisivo das pessoas num presente sólido e num futuro desafiante e próspero.

96

1922 - 2018

96 ANOS DE CONFIANÇA COM A SGS PORTUGAL

Está na Sociedade Geral de Superintendência - SGS - desde 1980. Consegue fazer uma distinção entre a entidade que encontrou e a dos nossos dias?

Acima de tudo, importa realçar o orgulho na história de sucesso da SGS em Portugal. Olhando para trás, é enriquecedor perceber a quantidade de desafios a que fomos sujeitos, o número de projetos abraçados e sublinhar as gerações que passaram pela SGS nestas quase quatro décadas. As pessoas serão sempre a chave do nosso crescimento. Quando aqui cheguei, rapidamente senti o rigor e integridade da organização. Foram valores que me ajudaram a tornar no gestor que sou.

Abordando um pouco o passado, o portefólio de serviços da SGS cresceu a olhos vistos...

É verdade. Quando aqui entrei, dedicávamo-nos praticamente em exclusivo à superintendência de cargas e descargas de navios. Curiosamente, naquela altura confundiam até o nosso nome com os serviços que fazíamos. Quando algum cliente necessitava de nós, chamava pela “Superintendência”. O trabalho era essencialmente concentrado na inspeção de cargas e descargas de petróleo, cereais e minérios. Com o passar dos anos, e com forte incidência na década de 90, fomos diversificando o horizonte de atividade, transformando-nos no líder mundial de inspeção, verificação, análises e certificação. Foi o início da SGS que conhecemos hoje.

INOVAR PARA LIDERAR

Perto de cumprir 140 anos, quais os segredos para a longevidade e sucesso da entidade?

A forma como constantemente lançamos soluções para os nossos clientes é elucidativa do empreendedorismo e

inovação patentes no nosso ADN.
Não tenho dúvidas que a forma de nos adaptarmos a um mercado em constante mutação é também fator fulcral para a longevidade e sucesso da SGS a nível global.
Ainda assim, devo que salientar a paixão com que as pessoas que fazem parte do universo SGS abraçam cada desafio, sempre com o firme propósito de apresentar a melhor solução a todos os clientes.

Com uma sociedade tecnológica a ditar leis, como antevê a atividade da SGS num futuro próximo?
O mercado está cada vez mais assente na tecnologia, temos completa noção disso. Dessa forma estamos a preparar-nos para esta revolução tecnológica. Os nossos serviços mais comuns tornar-se-ão mais eficazes para além de permitir desenvolver novos horizontes e atividades tendo por base a inovação tecnológica. A aquisição de algumas empresas desta índole por parte da SGS é também reveladora de uma preocupação constante e crescente de adaptabilidade a esta realidade.
Todavia, é minha convicção que mesmo neste contexto potenciador da inteligência artificial, as pessoas continuarão a ser determinantes para uma economia crescente. Afinal de contas é para as pessoas que as entidades desenvolvem as suas atividades.
Para além disso, presumo que a "intoxicação" tecnológica e digital na sociedade fará com que as pessoas valorizem cada vez mais as relações humanas, para além de procurarem a natureza e ruralidade como forma de escape ao desgaste da sociedade de informação.

Quer desvendar alguns projetos em mente para o futuro próximo da SGS?
Volto a sublinhar a importância das pessoas para a prosperidade da nossa entidade. Assim, continuaremos a potenciar o capital humano da SGS. Nesse sentido, temos vários projetos para implementar e desenvolver. É nosso propósito descentralizar as nossas atividades dos polos de Lisboa, Porto, Funchal e Ponta Delgada. Sentimos necessidade de estar perto de outras regiões, beber das suas gentes e com isso oferecer recursos locais apropriados. Em junho último abrimos o escritório da SGS Beiras, em Coimbra, e estamos em fase de instalação da SGS Minho.

Por falar em novas instalações, em 2019 chegará a nova sede em Lisboa...
É verdade. O novo espaço permitirá potenciar a nossa atividade laboratorial, de investigação e formação. O espaço terá aproximadamente 7000 metros quadrados e servirá para implementar uma nova e moderna tecnologia em áreas importantes como a alimentar, petróleo e ambiente. O foco na área alimentar será mesmo um pilar estratégico importante, uma vez que pretendemos, através da certificação e ensaios laboratoriais, tornarmo-nos o líder claro do mercado em Portugal.

Sendo as pessoas o foco essencial da SGS, a aposta no seu desenvolvimento continuará a ser uma preocupação da companhia?
Exatamente. Aliás, para além de apostarmos continuamente no desenvolvimento do capital humano dos nossos quadros, queremos identificar, potencializar e captar novos talentos. Com esse intuito, mantemos variadíssimos protocolos com universidades portuguesas. A SGS Academy é um garante de transmissão de conhecimento com participações em diversas Pós-Graduações e Mestrados.

Para finalizar, peço-lhe uma viagem ao futuro: Em 2022, a SGS Portugal celebra o 100ª aniversário. Que desejos tem para a data?
Que estejamos cada vez mais no "*top of mind*" de todas as organizações que procuram soluções de inspeção, verificação, análises, formação e certificação.

„Não tenho dúvidas que a forma de nos adaptarmos a um mercado em constante mutação é também fator fulcral para a longevidade e sucesso da SGS a nível global."

JOÃO MARQUES
Managing Director
Grupo SGS Portugal

DESCENTRALIZAÇÃO DA SGS: UMA ESTRATÉGIA SUSTENTÁVEL

A SGS iniciou em 2017 o processo de descentralização de escritórios e equipas.

Esta estratégia tem vários objetivos que se cruzam pela maior eficiência e eficácia da organização, mas que vai ter um impacto muito positivo ao nível social, criando emprego em diversas regiões, e ambiental pela diminuição de deslocações dos nossos colaboradores desde os principais escritórios – Porto e Lisboa – para diversas regiões. Desta forma a SGS procura um crescimento da sua influência em todas as regiões e setores de atividade.

Apesar da SGS já ter uma boa cobertura geográfica no território continental e regiões autónomas, a organização avançou com o primeiro processo de descentralização com a abertura da SGS Beiras, com um escritório em Coimbra, sob a liderança de Nuno Malta, uma personagem ativa no meio empresarial do Centro nos últimos 18 anos.

No início de 2018 a SGS avançará com mais duas delegações – a SGS Minho e a SGS Médio Tejo / Oeste. A delegação no Minho será liderada por Nuno Lourinho que traz para este projeto a sua experiência, não só da gestão das organizações como também da gestão comercial. Para a SGS Médio Tejo / Oeste a pessoa selecionada para dirigir este projeto foi Joana Grácio. A vasta experiência na gestão organizacional e de projetos de consultoria no setor alimentar, será uma mais-valia.

Este projeto de descentralização permitirá ter a SGS mais próxima dos seus clientes e parceiros com estratégias focadas na realidade setorial de cada região. Os *branch managers* destas delegações terão a missão de desenvolver planos estratégicos setoriais, constituindo equipas locais para dar resposta mais eficaz às solicitações dos clientes e à consequente operação da SGS.

Interpretar o pulsar das regiões e apresentar soluções adaptadas é a visão da SGS para este processos de descentralização.

- Licenciado em Engenharia da Produção pela Universidade do Minho
- MBA Executivo pela EGP-UBS
- Experiência em consultoria para implementação de sistemas de gestão
- Experiência na gestão comercial em várias organizações
- Lead Auditor ISO 9001 / OHSAS 18001 /NP 4457 da SGS ICS

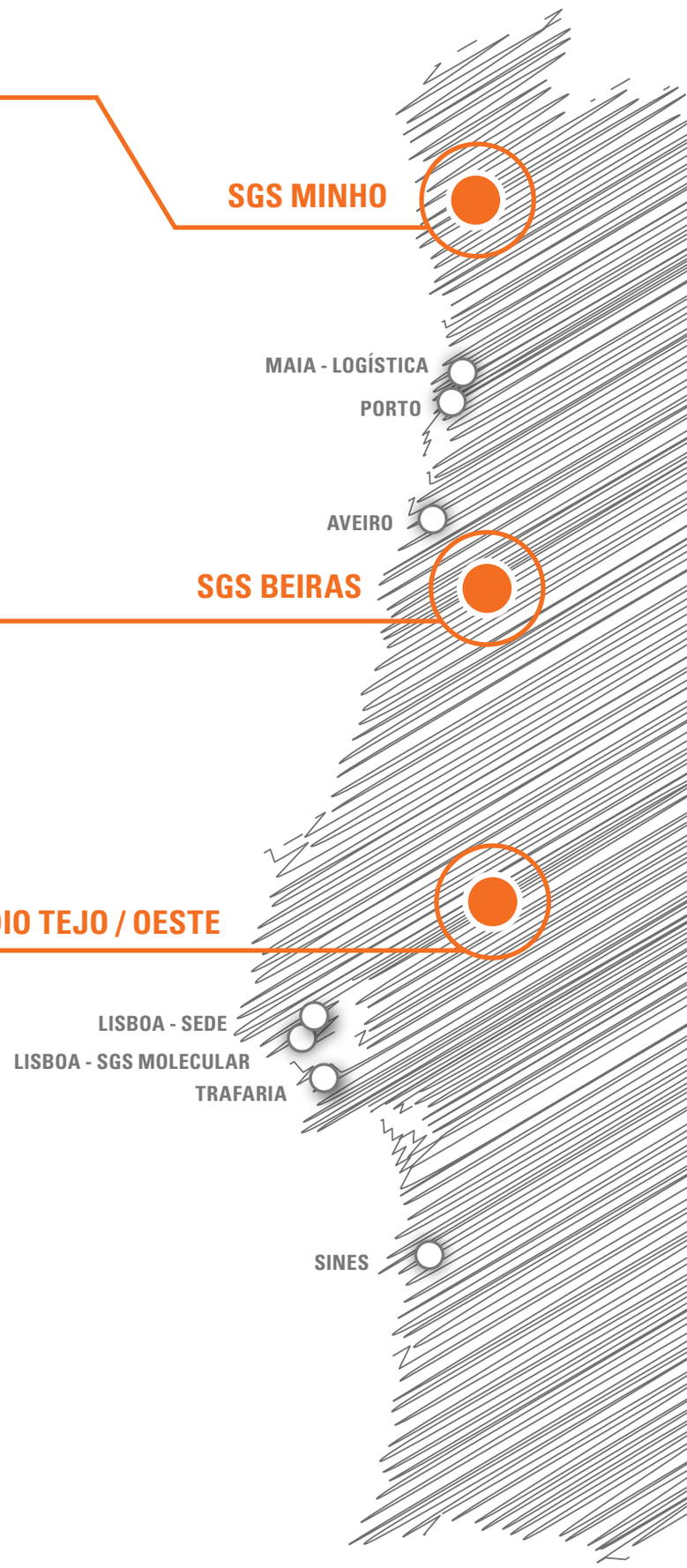
NUNO LOURINHO
Branch Manager
SGS Minho

- Mestrado em Auditoria Empresarial e Pública pelo ISCAC
- Licenciatura em Gestão de Empresas pelo ISCAC
- Bacharelato em Contabilidade e Administração pelo ISCAC
- Diretor Executivo da NOVOTECNA
- Docente convidado – ISCAC
- Docente de Pós-Graduação – ISBB
- Formador e Consultor
- Diretor Executivo Regional ANJE

NUNO MALTA
Branch Manager
SGS Beiras

- Licenciada em Engenharia Zootécnica pela Universidade de Évora
- Master em Direção e Administração de Empresas pela IMF Business School
- Técnica Coordenadora do INOV´LINEA - Centro de Transferência de Tecnologia Alimentar - TAGUSVALLEY
- Experiência Comercial no setor Agroalimentar
- Experiência em qualidade e segurança Alimentar
- Docente convidada do Instituto Politécnico de Tomar

JOANA GRÁCIO
Branch Manager
SGS Médio Tejo / Oeste



SGS NA
AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL
NA CADEIA AGROALIMENTAR

FOOD DEFENSE

A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

ALTERAÇÃO DO BRC

NOVAS REGRAS PARA A EXPORTAÇÃO
DE PRODUTOS ALIMENTARES PARA OS EUA

RE-FOOD: COMBATE AO DESPERDÍCIO ALIMENTAR

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL NA CADEIA AGROALIMENTAR

A cadeia alimentar enfrenta um constante desafio: produzir mais, com maior qualidade e segurança alimentar, mas de forma sustentável.

Se num passado ainda muito recente a preocupação fundamental de um consumidor se baseava na segurança alimentar, em muito motivada pelas constantes crises alimentares que foram surgindo, fossem elas por questões de "*Food Defense*" ou "*Food Fraud*", hoje em dia os consumidores são ainda mais preocupados e procuram saber informação sobre a origem e o processo produtivo dos alimentos.

A agricultura, pesca e pecuária são setores críticos quando falamos de sustentabilidade. A exploração constante dos recursos naturais, cada vez mais escassos, e em algumas situações o uso indevido e/ou excessivo de produtos químicos e processos produtivos extensivos, são fatores que vêm contribuindo de forma acelerada para situações de grande ameaça à sustentabilidade da cadeia produtiva.
Redução da biodiversidade, escassez de recursos naturais e contaminação desses mesmos recursos, com resultados prejudiciais ao nível da segurança alimentar, são efeitos que a médio/longo prazo, caso as medidas implementadas não sejam suficientes, conduzirão à escassez de quantidade e qualidade dos alimentos.
Mas quando falamos em sustentabilidade na cadeia alimentar, estamos obviamente a falar não só na temática ambiental mas também em outros dois pilares não menos importantes: o social e o económico.

A questão social é, em muitas situações, uma das principais preocupações da nossa sociedade. Na realidade existem dois aspetos preocupantes: a exploração de mão-de-obra infantil e a escravidão moderna que, de acordo com um estudo realizado pela "Walk Free Foundation" em 2014, afeta 35,8 milhões de pessoas escravizadas em todo o mundo, na grande maioria países da Ásia e África.
No setor agrícola, a Indonésia é um exemplo relevante dos países mais afetados. Nesse mesmo estudo foi avaliado como o oitavo pais com maior exploração de mão-de-obra infantil e adulta. Dados estatísticos revelam que quase 250 milhões de cidadãos são explorados para trabalhar sobretudo nos setores agrícola e da pesca, sendo o mais crítico a produção de óleo de palma, no qual os trabalhadores, incluindo crianças, estão presos nas plantações. Mas este é apenas um dos muitos casos críticos que a sociedade civil enfrenta e cujo denominador comum passa pela forte motivação económica; alcançar objetivos financeiros elevados a custos baixos, com recurso a exploração ambiental e social.
Cadeias de fornecimento globais rapidamente repercutem em todo o mundo exigências ambientais e sociais de grandes clientes, consumidores finais, decisores políticos e financiadores.

Como resposta a esta expetativa e exigência, entre outras medidas apoiadas pelas mais diversas entidades governamentais e não-governamentais, foram estabelecidos esquemas de reconhecimento ou certificação cujo objetivo base é a garantia da sustentabilidade na cadeia de valor.

Estes mecanismos de reconhecimento podem ser esquemas nacionais, europeus ou mesmo mundiais. Vão desde simples códigos de boas práticas, baseados no *codex alimentarius* e em legislação local e europeia e que promovem a segurança alimentar e as boas práticas ambientais, como por exemplo, em Portugal, o PRODI – Produção integrada ou o GlobalG.A.P., com reconhecimento mundial, a esquemas de certificação bem mais complexos e exigentes como o MSC Marine Stewardship Council, para o setor do pescado e dos produtos da pesca, O RSPO – Roundtable on Sustainable Palm Oil, UTZ, entre outros, que incluem já requisitos que vão ao encontro dos 3 grandes pilares da sustentabilidade anteriormente referidos.
Apesar das diferentes especificidades que estes esquemas possam ter, a grande maioria assegura o controlo sobre toda a cadeia, desde a origem (pesca, pecuária, aquacultura, agricultura), até ao consumo final (cadeia de custódia), criando a necessária confiança no processo, ao longo dessa mesma cadeia.

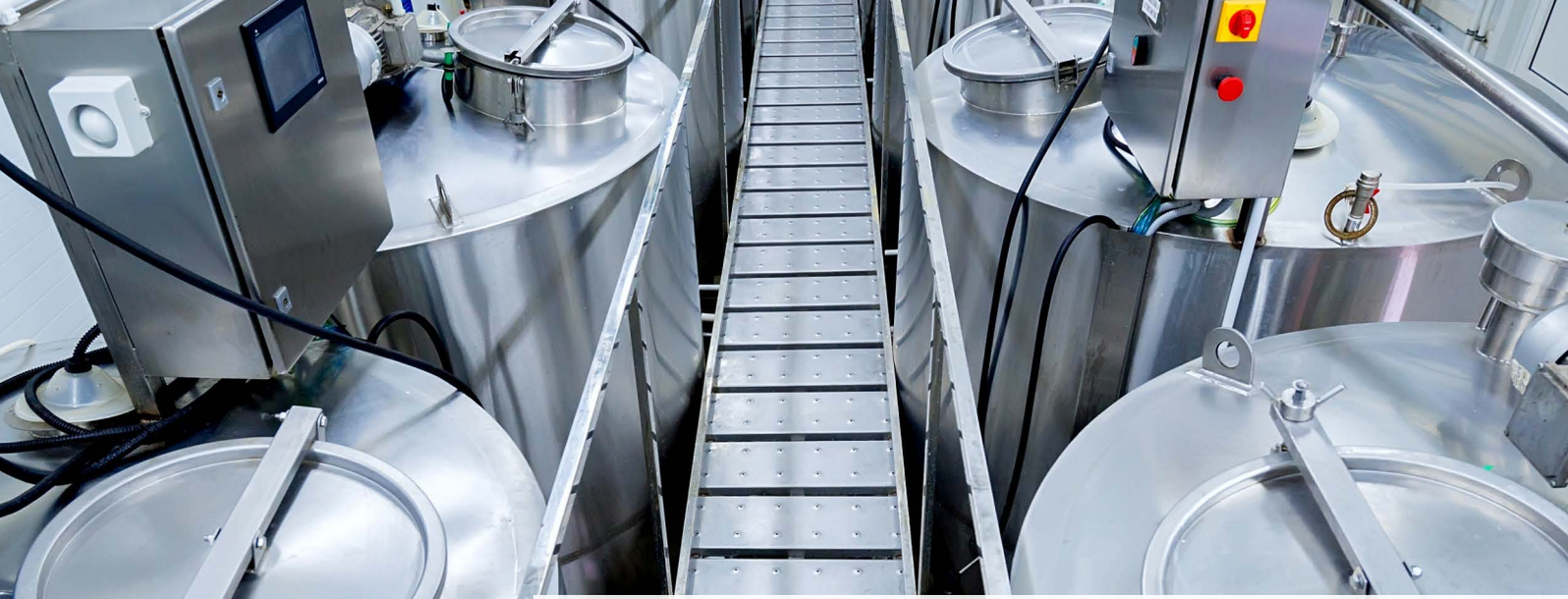
Mas, apesar destes referenciais específicos no setor alimentar, existe um conjunto de outros tantos, muitas vezes solicitados pelos países de consumo. A SA 8000, que é uma norma de responsabilidade social, transversalmente aplicável a qualquer organização, aborda questões como escravatura, trabalho infantil, saúde, segurança do trabalho, liberdade de associação e negociação coletiva, discriminação, práticas disciplinares, jornada de trabalho, remuneração e sistemas de gestão.

As formas de comunicação podem ser várias, de acordo com as regras de utilização da marca ou comunicação dos próprios owners dos esquemas de certificação, nomeadamente: certificados, marca no produto final, plataformas que identificam as Organizações certificadas (MSC, p. ex.).

Vantagens destes esquemas de certificação na cadeia de valor:

- Contribuir para a promoção de práticas de sustentabilidade;
- Promover o respeito pela Sociedade e pelo Ambiente;
- Abrir portas a novos mercados mais exigentes;
- Contribuir para um mercado mais justo;

RAQUEL SILVA
Responsável Técnica
Produto Alimentar



FOOD DEFENSE

Um imperativo para a indústria alimentar.

A complexa evolução dos sistemas alimentares resultante do desenvolvimento tecnológico, da inovação e da industrialização tem introduzido no setor alimentar novos desafios e exigências, quer ao nível regulamentar, legislativo e normativo quer por imposição de clientes e consumidores. De forma a acompanhar essa evolução, as últimas décadas têm sido marcadas pela instauração de densas medidas relacionadas com o fornecimento de alimentos seguros e higiénicos para qualquer empresa que opere no mercado alimentar a montante e jusante da fileira.

A competição entre as organizações, a exacerbada concorrência do mercado e a procura infatigável na satisfação das necessidades e expetativas dos "atuais" consumidores, ao nível de produtos e serviços, têm despoletado novas abordagens no domínio da segurança alimentar, dando ênfase à intencionalidade. Reconhece-se que a segurança alimentar (ing. *food safety*), bem como a qualidade alimentar (ing. *food quality*), não são suficientes de uma forma isolada ou integrada, para garantir a proteção e o fornecimento de géneros alimentícios seguros relativamente a acontecimentos intencionais. Em 2001, as instituições governamentais de segurança alimentar e da nação dos EUA, em resultado de atentados terroristas, concluíram que deveriam analisar as questões direccionadas com a segurança alimentar numa perspetiva menos centralizada, sabendo que existem outros fatores que podem condicionar a segurança dos alimentos ao longo da cadeia. Como resultado da necessidade identificada, desenvolveram um pilar nesta matéria, a defesa alimentar (ing. *food defense*). O *food defense* é o domínio da proteção do sistema alimentar que se ocupa da prevenção de adulterações e contaminações intencionais dos alimentos que os tornem prejudiciais à saúde e que sejam motivadas ideologicamente como, por exemplo, num ato de terrorismo. Assim como nas avaliações da segurança alimentar, no âmbito do food defense são analisados os perigos que possam ser introduzidos no sistema alimentar, através do recurso a agentes biológicos, químicos, físicos ou radiológicos. Contudo há diferenças que separam estes conceitos em largas valências que não devem ser ignoradas. Os atos de contaminação dos géneros alimentícios (incluindo nesta categoria as águas de abastecimento) que são objeto da defesa alimentar, são intencionais (no âmbito da intencionalidade enquadra-se a adulteração economicamente motivada (EMA)), e representam um risco para a saúde dos consumidores através da morbilidade ou da mortalidade, perturbam a atividade económica e o turismo e instauram medo na sociedade. Intencionalidade, morbilidade, prejuízo

económico e alarme social caracterizam as contaminações dos alimentos que se pretendem prevenir com os sistemas de defesa alimentar.

Por mais de 15 anos de desenvolvimentos nesta matéria, os EUA têm atualmente implementadas sólidas, restritas e rígidas medidas de entrada no mercado alimentar, incorporando, nomeadamente, procedimentos de prevenção do terrorismo alimentar e dos atos intencionais nos seus programas de segurança alimentar.

A nível Europeu, o *food defense* está reconhecido pelo GFSI como um pilar da proteção dos alimentos. Os esforços atuais revelam que as preocupações relacionadas com a preservação dos sistemas das organizações relativamente à intencionalidade, fraude e terrorismo alimentar não têm sido ignoradas. Verificando-se, nomeadamente, a introdução deste conceito, de forma harmoniosa, em capítulos dos conceituados referenciais internacionais de qualidade e segurança alimentar, IFS Food, BRC Food e FSSC 22000. Contudo a sua aplicabilidade tem gerado uma acentuada disputa.

A necessidade de colmatar essa lacuna no conhecimento potenciou o desenvolvimento, no presente ano, do livro Food Defense - Guia de Gestão para o Terrorismo Alimentar.

Um guia projetado com vista a tornar visível este tema e a auxiliar os profissionais que implementam e mantêm sistemas de gestão nas empresas da cadeia de abastecimento, a desenvolver medidas de defesa alimentar e a compreender a integração do conceito em sistemas de gestão de segurança alimentar certificáveis pelas principais normas em vigor. O livro apresenta uma sistematização das diversas metodologias existentes para salvaguardar as organizações da contaminação intencional, adulteração e fraude alimentar e aborda procedimentos que auxiliam na avaliação de vulnerabilidades, ameaças e riscos inerentes. Esta iniciativa literária pressupôs uma análise prévia, seletiva e rigorosa sobre o tema e as ferramentas, metodologias e *softwares* utilizados como suporte na implementação dos planos de *food defense*, de forma a traduzir o melhor conhecimento atual.

Refira-se que as metodologias existentes para o desenvolvimento de planos de *food defense* encontram-se em rápida evolução e estão longe de estar consolidadas. Os próprios conceitos traduzem realidades de circunscrição variável e não totalmente estabilizada.

A oferta formativa nesta matéria tem sido exponencial, bem como a panóplia de conferências e seminários promovidos, o que revela a necessidade do mercado alvo ser informado e acompanhado na implementação das medidas afetas ao *food defense* de forma a darem cumprimento às Regras de Controlo Preventivo da FSMA, dos esquemas reconhecidos pelo GFSI e dos referenciais existentes.

A atual realidade sugere a melhoria do sistema alimentar, induzindo a adoção de uma abordagem estratégica e de novas formas de intervenção por parte não só das instituições como dos governos.

A identificação dos riscos, perigos e ameaças emergentes constituem um papel fulcral na previsão das necessidades e na melhor preparação face aos desafios que se opõem ao setor. É necessário alargar o âmbito de análise dos tradicionais programas de segurança alimentar e ir ao encontro dos desafios atuais, sabendo que a confiança dos consumidores na indústria alimentar é um fator fulcral a defender para a subsistência e desenvolvimento económico e social.

Considero que as medidas associadas ao *food defense* deverão ser instauradas no mercado europeu de forma prática e objetiva, de modo a que não representem mais um encargo para as organizações.

É necessário avaliar a sua necessidade, de que forma poderá ser compilada às regras já existentes para a higiene e segurança alimentar, quais os impactos que irão acarretar no setor, não só a nível económico como prático, e qual o nível de preparação das empresas. As medidas impostas deverão ser suficientes para criar soluções e simplificar a carga regulamentar, atingindo-se o objetivo básico que é a proteção dos géneros alimentícios. Proteção essa que poderá ser garantida através da articulação sólida entre a segurança, defesa e qualidade alimentar.

"Food Defense"
Obra patrocinada pela SGS

PAULA SEVERINO
Autora do livro
Food Defense

A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

A agricultura sustentável persegue 3 objetivos principais: a conservação do meio ambiente, unidades agrícolas lucrativas e a criação de comunidades agrícolas prósperas. Estes objetivos têm sido definidos de acordo com diversas filosofias, práticas e políticas, tanto sob o ponto de vista do agricultor como do consumidor.

Alguns princípios e características da agricultura sustentável:
- Diminuição da utilização de adubos químicos;
- Uso de técnicas de minimização da poluição do ar, do solo e da água;
- Sempre que possível, utilização da prática da agricultura orgânica, sem recurso a fertilizantes químicos e pesticidas;
- Uso racional ou, quando possível, eliminação da utilização de pesticidas;
- A não utilização de pesticidas ilegais, pois além de contaminar o solo, podem prejudicar a saúde de consumidores e funcionários que manipulem estes produtos;
- Uso de fontes de energia geradas no campo como, por exemplo, biocombustíveis (biodiesel, biogás, etanol, outros derivados de restos da produção e biomassa). A preferência deve ser sempre pelo uso de fontes de energia limpa e renovável, evitando ao máximo o uso de combustíveis fósseis (gasolina e diesel);
- Adoção da Gestão Ambiental e Territorial, na qual são feitos estudos para que cada prática agrícola seja executada em áreas e climas onde a cultura vai alcançar maior rendimento com menor desgaste do solo;

A escassez de alimentos ainda hoje existente em várias regiões do globo, aliada às exigências necessárias ainda que por vezes excessivas, da economicidade da agricultura nos países mais desenvolvidos, tem conduzido a que os fertilizantes tenham sido encarados, quase exclusivamente, como um meio de aumentar produções.

HUBEL® Verde

O facto de tal realidade nem sempre ter sido devidamente ponderada justifica, pelo menos em grande parte, as críticas que com intensidade crescente (embora muitas vezes sem fundamento, é certo) vêm sendo feitas à fertilização, em particular aos adubos, como sejam as de que o seu uso contribui para degradar a qualidade dos produtos agrícolas, baixar a fertilidade dos solos e poluir águas e atmosfera, criando-se uma agricultura insustentável a médio/longo prazo.

No sentido de colocar ferramentas à disposição dos agricultores para execução de uma agricultura sustentável na suas explorações agrícolas e controlar a qualidade dos seus produtos, o grupo SGS, através da sua rede mundial de laboratórios acreditados especializados em análises agrícolas, e de técnicos agrónomos conhecedores das realidades mundiais e locais, desenvolveu os serviços de "Monitorização de alta frequência da Fertirrega" e análises nutricionais e de resíduos de pesticidas em produtos agrícolas.
O programa consiste na frequente quantificação química da solução de fertirrega, solução líquida do solo e das suas interações com os tecidos vegetativos, sendo disponibilizado um conjunto de informação prática, precisa e económica, sobre todas as variáveis do sistema solo-água-planta, com o objetivo principal de otimizar recursos como a água e fertilizantes, utilizando-os de maneira eficiente e ambientalmente sustentável, através de análises de alta tecnologia e interpretação de elevada qualidade.

As análises de resíduos de pesticidas permitem aos produtores evidenciarem perante os consumidores que os seus produtos cumprem todos os requisitos de segurança alimentar ao nível do uso de pesticidas, enquanto as análises nutricionais permitem assegurar a qualidade dos produtos, podendo-se comprovar por ambas as análises algumas das práticas seguidas na produção agrícola.

Porquê a SGS?

Com uma estrutura internacional e uma forte especialização na área alimentar, a SGS recorre aos equipamentos tecnologicamente mais avançados.

Para estas análises:

- Cromatografia Gasosa – Espectrómetro de Massa acoplado (GC / MS-MS);

- Cromatografia Líquida – Espectrómetro de Massa acoplado (LC / MS-MS);

Queremos distinguir-nos neste mercado pela qualidade dos resultados emitidos e pelo rigor no cumprimento dos prazos.

LUÍS SOBRAL
Responsável Técnico
Soluções para a Agricultura
SGS Portugal

ALTERAÇÃO DO BRC

Isabel Berger aborda as alterações da nova versão da norma BRC - British Retail Consortium

Sendo auditora BRC Food de longa data, tenho acompanhado várias revisões deste referencial e constatado que estas procuram sempre acompanhar, ou mesmo antecipar, as questões emergentes em termos de segurança alimentar, mantendo ou mesmo robustecendo os requisitos já existentes.

Esta nova versão do BRC Food foi desenvolvida num enquadramento marcado por recolhas de produtos no mercado, sendo as mais notórias relacionadas com escândalos de fraude alimentar.
A grande maioria destas recolhas ficou a dever-se a erros de rotulagem ou de material de embalagem (muito dele com informação ao consumidor pré-impressa). Foi então reforçado o controlo exigido nas situações de mudança de produto a embalar e na monitorização da rotulagem correta, com o requisito 6.2 dedicado ao tema considerado como "fundamental" (ou seja um requisito cujo não cumprimento inviabiliza a certificação), incluindo até testes a equipamentos de leitura ótica que possam existir, para identificação de falhas na rotulagem ou marcação do produto final.
Contudo, a maior mudança, que também deu origem a um novo requisito "fundamental", passou por uma muito maior exigência em termos de controlo de matérias-primas e de fornecedores. A identificação de requisitos para as matérias-primas (e até para materiais de embalagem) requer agora, para além da avaliação de riscos de alergénios, perigos físicos, químicos e microbiológicos, os de substituição ou fraude. Sempre que o risco associado à matéria-prima/material de embalagem não for baixo, é necessário demonstrar um conhecimento aprofundado do fornecedor através de uma auditoria. Essa auditoria poderá ser de 3.ª parte evidenciando o certificado, ou de 2.ª parte, efetuada pela própria empresa ao seu fornecedor ou até através de subcontratação desse serviço.
De notar que a certificação terá forçosamente de ser de acordo com um esquema aprovado pelo Global Food Safety Iniciative (sendo os mais frequentes BRC, IFS ou FSSC 22000); no caso de uma auditoria de 2.ª parte

„Esta nova versão do BRC Food foi desenvolvida num enquadramento marcado por recolhas de produtos no mercado, sendo as mais notórias relacionadas com escândalos de fraude alimentar."

esta terá sempre de cobrir a segurança do produto, rastreabilidade, análise do HACCP e boas práticas de fabrico e a mesma terá de ser realizada por um auditor que demonstre experiência e competência.
Por ser uma situação frequente, quando a compra da matéria-prima não for feita diretamente ao fabricante mas a um intermediário (*broker* ou agente, conforme chegue a tomar posse do produto ou não), a empresa deve saber quem foi o último fabricante do produto, ou qual foi o local da consolidação da carga, quando se tratar de produtos a granel. Caso o intermediário não tenha uma certificação específica (atualmente considerada apenas a BRC Agent and Broker), a empresa deve obter informação suficiente para poder realizar uma avaliação similar à acima descrita para um fornecedor direto.

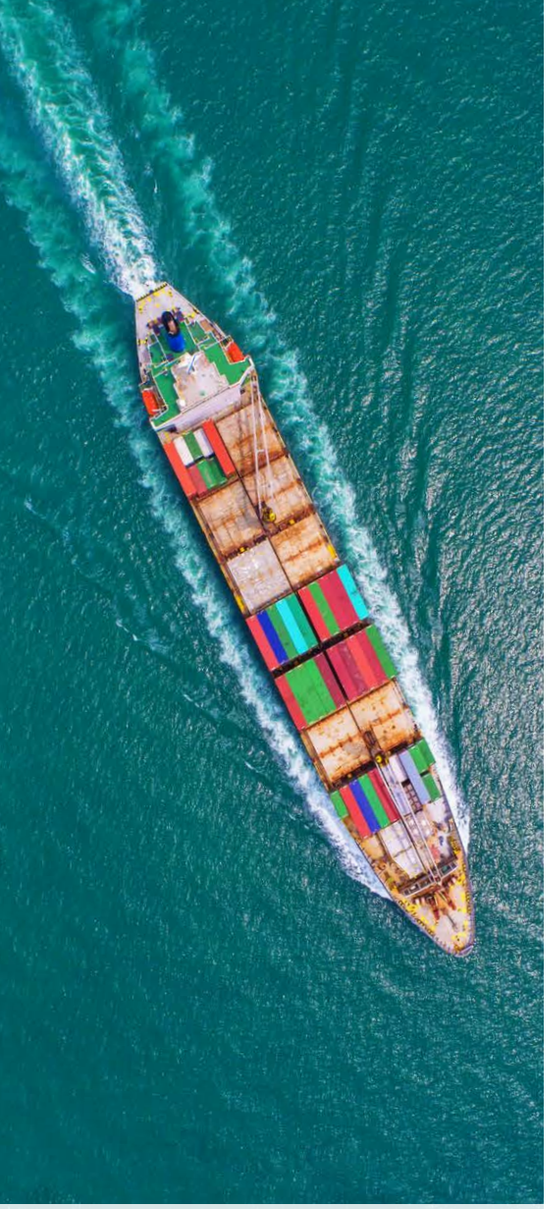
Convém ainda referir o requisito 5.4 que é praticamente todo novo, dedicado à questão da autenticidade, alegações e cadeia de responsabilidade para assegurar que não existem fraudes associadas a matérias-primas que tenham alguma característica que deva ser garantida e eventualmente até comunicada ao consumidor. Este ponto vai requerer que a empresa se mantenha informada dos riscos de fraude, avaliando a vulnerabilidade e, quando necessário, a tomada de medidas que podem passar por garantias quanto ao fornecedor ou testes à própria matéria-prima, tornando-se aqui fundamental uma rastreabilidade fiável.
Por fim, neste breve "*overview*", é de referir o ênfase dado no ponto 3.12, na forma de garantir requisitos específicos de clientes.

A versão 7 do BRC Food faz face aos novos desafios para o setor, "forçando" os operadores a estarem envolvidos de uma forma mais direta com os diferentes elos da cadeia alimentar, num processo que permita criar confiança.
É fácil entender que os elementos aqui resumidos requerem um esforço por parte das empresas e uma clara mudança das relações comerciais, mas esta versão poderá ser um novo paradigma para garantir a continuidade do negócio num mundo globalizado.

BRC Food

Designação comumente utilizada para designar o Global Standard – Food Safety do British Retail Consortium, norma destinada à certificação da Segurança Alimentar do processo produtivo de unidades agro-industriais, por uma entidade 3.ª independente e qualificada para o efeito.

ISABEL BERGER
Diretora de Certificação
SGS ICS



„O Food Safety Modernization Act terá um grande impacto económico e processual nas instalações alimentares, tanto nos EUA como a nível global."

NOVAS REGRAS PARA A EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTARES PARA OS EUA

A segurança alimentar é uma prioridade de topo nos Estados Unidos. Após vários casos mediáticos de grande escala terem afetado drasticamente a confiança dos consumidores, a Food and Drug Administration (FDA) publicou o Food Safety Modernization Act (FSMA).

O FSMA vem assegurar que, mais do que nunca, a indústria alimentar é responsabilizada pela segurança da cadeia de abastecimento. O FSMA é um grande avanço na criação de um sistema que previne, em vez de reagir a, situações de contaminação na cadeia de abastecimento. Desde a importação de produtos internacionais ao funcionamento de estabelecimentos de alimentos nos EUA, a transparência e procedimentos documentados visam desenvolver as melhores práticas atuais da indústria alimentar. Em alternativa a uma substituição completa de standards e certificações existentes (p. ex. esquemas de segurança alimentar reconhecidos pelo GFSI), a nova legislação foca na melhoria das áreas que já se demonstraram ineficientes. O FSMA oferece a oportunidade de construir uma cadeia de abastecimento global mais segura e eficiente para a indústria alimentar.

De acordo com a anterior comissária da FDA, Margaret Hamburg, o FSMA ajuda a evitar "uma falha em qualquer ponto do espetro da exploração agrícola à mesa, pois isso pode causar prejuízos catastróficos à saúde dos consumidores e uma rutura funcional e económica à indústria alimentar." Ainda elabora referindo que o FSMA examina "o sistema alimentar como um todo, de forma a ser claro relativamente à responsabilidade na segurança alimentar de todos os seus participantes, assim como fortalecer a responsabilização pela prevenção em todo o sistema alimentar – doméstico e internacional." O objetivo da legislação é alterar o ponto focal na indústria alimentar Americana para uma estratégia preventiva proativa, baseada em "standards científicos". No passado, a abordagem a incidentes de segurança alimentar nos EUA foi reativa; as razões da contaminação eram investigadas, mas não eram tomadas medidas para prevenir a sua ocorrência. O FSMA é aplicável a empresas alimentares Americanas, empresas alimentares fora dos EUA e territórios que produzam, processem, embalem ou contenham alimentos para humanos e animais, destinados ao mercado Americano. Qualquer estabelecimento obrigado ao registo no regulamento atual de instalação alimentar da FDA se encontra neste âmbito, salvo exceções.

Conforme a aplicabilidade, todas as operações domésticas deverão estar conformes com as regras de controlo preventivo ou regras de produto, transporte sanitário e regras de adulteração intencional. Apesar das empresas sediadas fora dos EUA terem de cumprir as mesmas regras, os importadores dos artigos destas empresas terão a tarefa adicional de cumprir o Esquema de Verificação de Fornecedores (FSVP – Foreign Supplier Verification Program). Esta secção do FSMA realça a transparência da cadeia de abastecimento enquanto componente chave de conformidade. Esta regra obriga os importadores a garantir a segurança de todos

os produtos e ingredientes alimentares que entrem nos EUA. Se o produto a ser importado não cumprir todos os requisitos do FSMA por consequência de controlos baseados no HACCP (exceto nos casos de marisco e sumo, nos quais os controlos do HACCP são suficientes por serem programas da FDA; isto não se aplica a mais nenhuma categoria de alimentos), o importador deve então realizar uma avaliação de risco das atividades do fornecedor internacional, baseada no programa de controlos preventivos.

Enquanto a regulamentação e orientação do FSMA é finalizada, os produtores de alimentos, instalações e importadores devem aproveitar a oportunidade para avaliar como as práticas atuais se irão alinhar com as novas propostas. Avaliações de risco, planos definidos e documentação com base no programa de controlos preventivos são críticos para o FSMA.

Existe uma série de medidas que podem ser tomadas de forma a preparar uma empresa para a conformidade com o FSMA. O diagrama 1 ilustra as mesmas e o fluxo do processo.

O Food Safety Modernization Act terá um grande impacto económico e processual nas instalações alimentares, tanto nos EUA como a nível global. Esta necessidade de alinhar processos e controlos com os padrões Americanos vai implicar um forte investimento da indústria alimentar de modo a assegurar a conformidade em cadeias de abastecimento inteiras, numa escala mundial. Será imperativo que os importadores assegurem esta conformidade. A sua própria adesão à regulamentação FSMA não garante o mesmo para parceiros inseridos na sua cadeia de abastecimento e apenas uma falha nesta linha pode afetar operações completas e o acesso a mercados.

O investimento na atualização de processos deverá reduzir significativamente o risco de situações de contaminação e a ameaça potencial que os percalços de segurança alimentar representam para as empresas, em termos de responsabilidade, recolha de produtos e perda de reputação.

As organizações que atuam na cadeia de abastecimento devem preparar-se para cumprir os requisitos do FSMA, para assegurar que implementaram sistemas de segurança alimentar que estejam conformes com a regulamentação. Envolver uma terceira parte para apoiar na interpretação dos detalhes do FSMA e o impacto que este terá numa organização pode alavancar o processo e facilitar o acesso dos produtos ao mercado.

Em última análise, o FSMA é um avanço no sentido da segurança alimentar mundial. Existem inúmeros meios de apoio disponíveis na indústria pelo facto de existir um objetivo comum – assegurar, sem qualquer falha, a segurança dos consumidores.

MEDIDAS PARA A CONFORMIDADE FSMA

- COMPREENDER OS REQUISITOS
- DEFINIR UMA EQUIPA DE SEGURANÇA ALIMENTAR
- AVALIAR AS DIFERENÇAS
- ESTABELECER UM SISTEMA PARA ELIMINAR AS DIFERENÇAS
- IMPLEMENTAR O NOVO SISTEMA
- AUDITORIA DE TERCEIRA PARTE
- MANTER E MELHORAR O SISTEMA
- AUDITORIA DE MANUTENÇÃO

FORMAÇÃO
SGS ACADEMY

FSPCA PREVENTIVE CONTROLS FOR HUMAN FOOD COURSE
– QUALIFICAÇÃO DE PREVENTIVE CONTROLS QUALIFIED INDIVIDUALS

WWW.SGSACADEMY.PT

COMBATE AO DESPERDÍCIO ALIMENTAR

O projeto "Partilhar conhecimento para uma refeição mais segura" surge no universo SGS no âmbito da estratégia de sustentabilidade do grupo, mais especificamente na vertente da relação com a Comunidade.

Esta estratégia é implementada em Portugal com o projeto Escola da Confiança, cujo objetivo é contribuir para um futuro mais seguro da comunidade. A Escola da Confiança coloca os conhecimentos, serviços e voluntariado da SGS ao serviço da comunidade.

A Re-food é uma organização que visa combater o desperdício alimentar, aproveitando alimentos e refeições em bom estado redistribuídos por voluntários a famílias beneficiárias com necessidades alimentares.A Re-food tem atualmente 51 núcleos em funcionamento de Norte a Sul de Portugal.

Com a grande expansão dos núcleos Re-food em Portugal, o Lidl, através da sua estratégia de responsabilidade social associou-se ao movimento Re--food na doação de alimentos frescos, entrando na cadeia como fonte de alimento. Neste sentido, surge uma parceria tripartida, entre a Re-food enquanto entidade de recolha, preparação e distribuição, o Lidl enquanto fonte de alimento e a SGS Portugal como entidade de Controlo e Monitorização de Sistemas de Gestão Segurança Alimentar e Segurança e Saúde no Trabalho, durante todo o processo
Numa primeira fase do projeto, a SGS efetuou uma auditoria de diagnóstico ao núcleo das Fontaínhas, em Cascais, para posteriormente prosseguir com a elaboração de um único manual de Segurança Alimentar customizado à realidade dos Núcleos Re-Food, para que este fosse replicado nos restantes núcleos a nível nacional.

Além do mais, a SGS promoveu ainda dois momentos de formação para os voluntários da Re-food com a apresentação do manual.
Através desta parceria, contribuímos para a redução do desperdício alimentar na Grande Distribuição (Lidl), aumentando a qualidade dos alimentos e refeições distribuídas, contribuindo também para a consciencialização dos voluntários sobre boas práticas de segurança alimentar.

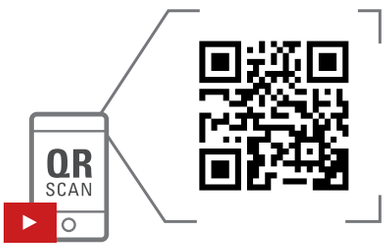
Para além disto, a recondução dos alimentos para os beneficiários garante o suprimento a uma necessidade básica - alimentação - diminuindo as desigualdades sociais.

PARCERIA SOLIDÁRIA E SUSTENTÁVEL DA SGS COM O LIDL

O PROJETO REFOOD

Para melhor compreender esta iniciativa, a SGS foi visitar os bastidores de um dos núcleos Re-food em Lisboa e entrevistou representantes de três importantes intervenientes deste projeto.

VEJA O VÍDEO



HUNTER HALDER
Fundador da Re-food

VANESSA ROMEU
Diretora Comunicação Corporativa
Lidl

TERESA BRANCO
Auditora Segurança Alimentar
Grupo SGS Portugal

SGS NOS
PRODUTOS DE CONSUMO

CENTRO DE COMPETÊNCIAS DA SGS
TÊXTEIS, VESTUÁRIO E CALÇADO

SGS ZERO DISCHARGE

SUSTENTABILIDADE NA CADEIA DE CUSTÓDIA FLORESTAL

CENTRO DE COMPETÊNCIAS DA SGS

TÊXTEIS, VESTUÁRIO E CALÇADO

Depois de vários anos muito difíceis, a indústria portuguesa de têxteis e de vestuário está a renascer e a consolidar-se como fornecedora confiável e eficaz de muitas grandes marcas internacionais. Mas o caminho da sustentabilidade do setor dos têxteis e vestuário é impulsionado pelas rigorosas e complexas exigências dos clientes internacionais que procuram hoje em dia mais do que apenas altos padrões de qualidade dos produtos. As marcas procuram desenvolver identidades diferenciadas, na expetativa de aumentar a notoriedade junto dos consumidores.

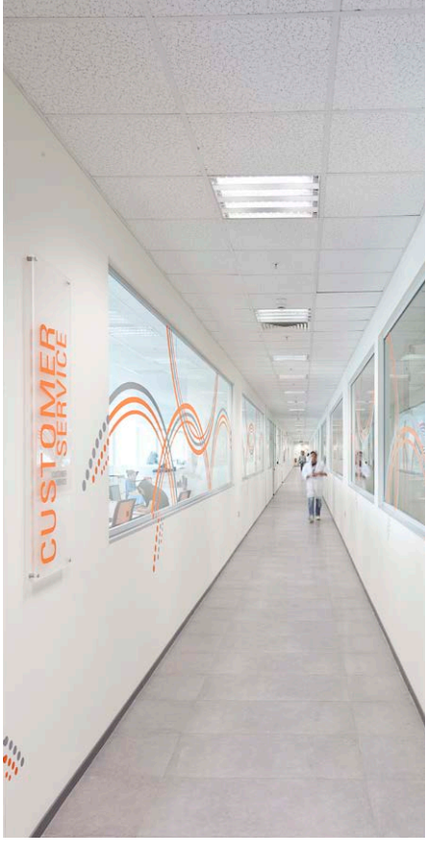
A sustentabilidade dos têxteis e vestuário é uma das formas de posicionamento que as marcas mais procuram atualmente, pressionando a sua cadeia de fornecimento para demonstrar a responsabilidade social e ambiental. Nenhuma marca reputada quer correr riscos de ocorrerem notícias na comunicação social de más condições de trabalho ou de empresas poluentes entre os seus fornecedores.

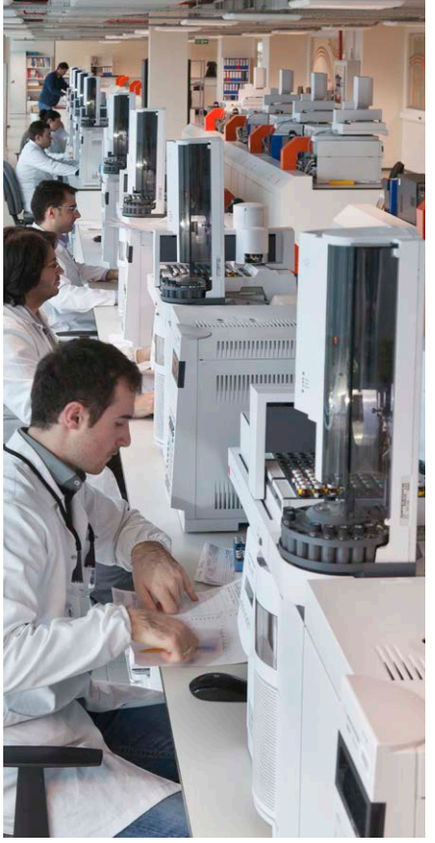
Para tal, as marcas estão a exigir cada vez mais a realização de auditorias sociais aos seus fornecedores e programas de responsabilidade ambiental. Em simultâneo o consumidor procura estilos de vida mais saudáveis procurando produtos orgânicos ou que tenham o menor impacto possível para a nossa saúde. Mas a qualidade dos produtos é um dos fatores mais determinantes na apreciação dos consumidores em relação a uma marca pelo que os ensaios têxteis são indispensáveis para avaliar o comportamento do vestuário e têxteis em geral.

O LABORATÓRIO TÊXTIL E CALÇADO DA SGS

Na rede global de laboratórios da SGS, o laboratório de ensaios têxteis e calçado da Turquia é uma referência na Europa, com contínuo desenvolvimento desde 1933.

Este laboratório é o escolhido por muitos produtores, distribuidores, fornecedores e consumidores de vários países pela sua enorme capacidade de resposta e pela surpreendente rapidez. É por este motivo uma opção para as marcas que precisam ter respostas fiáveis e rápidas para os níveis de qualidade e segurança das suas produções.





Os Laboratórios CRS:

- 7000 metros quadrados;
- 250 técnicos de laboratório;
- 100 pessoas no *customer care* para uma rápida resposta aos clientes;
- Estão equipados com instrumentos tecnológicos topo de gama;
- Têm capacidade para mais de 2000 métodos de análises;
- Têm acreditação TURKAK e IAS para a ISO 17025 e CPSC para CPSIA;

Competências:

- Têxteis e vestuário

  Testes Físicos: Resistência à abrasão, Testes a acessórios, Peso, Inflamabilidade, Formação de borboto, Elasticidade e recuperação, Resistência ao rasgo, Absorção, Aparência depois da lavagem, depois da limpeza a seco, depois da prensa a vapor, Testes de solidez da cor;

  Testes Químicos: Análise qualitativa e quantitativa das fibras, Corantes Azo, Ftalatos, Formaldeído, Alquilfenóis, pH, Metais pesados, Chumbo, Corantes carcinógenicos, Corantes alergénicos dispersos, Águas residuais, Deteção de PVC;

- Calçado

  Flexibilidade do calçado, Resistência á flexibilidade da sola, Flexibilidade Bally a baixa temperatura e à temperatura ambiente, Resistência da sola à abrasão, Resistência da colagem, Resistência de aplicação de tiras, Resistência da aplicação de Ilhós, fivelas tiras, ornamentos e outros produtos relacionados, Resistência da fixação do tacão, Fadiga ao salto alto, Resistência ao deslizamento, Resistência à abrasão, Solidez da cor, Estabilidade dimensional, Resistência à fadiga, Dureza (Shore A), Resistência da gáspea ao rasgo e à tração, Forro, Resistência da gáspea à água, Permeabilidade ao vapor de água, Crómio VI envelhecido, Testes a moldes, Teste antibacteriano.

Este laboratório é utilizado também pelas empresas portuguesas através da SGS Portugal que disponibiliza um serviço de *picking* e gestão do fluxo dos ensaios entre o laboratório e os clientes acrescentando eficácia em todo o processo.

Solicite ensaios através dos contactos:

808 200 747

pt.info@sgs.com

SGS ZERO DISCHARGE

O setor têxtil representa uma parte importante da indústria transformadora portuguesa, desempenhando um papel crucial na economia e bem-estar de muitas famílias.

Trata-se de uma indústria com uma longa história, na qual os bens produzidos vão desde fios sintéticos de alta tecnologia até vestuário, roupa de cama e banho em algodão, filtros industriais, entre outros.

A indústria têxtil possui uma das maiores e mais complexas cadeias produtivas. É um setor fragmentado e heterogéneo dominado por empresas de pequena e média dimensão com uma procura maioritariamente dominada por três utilizações finais: vestuário, têxteis-lar e têxteis para utilização industrial.

A indústria têxtil pode ser dividida em numerosos subsetores:

- Tratamento de matérias-primas, preparação ou produção de variadas fibras têxteis e produção de fio, quer através da fiação de fibras naturais como o algodão, a lã ou a seda, quer através da produção de fibras de celulose regenerada como a viscose e o bambu mas também fibras sintéticas como o poliéster;
- Produção de tecidos e de malhas (tecelagem e tricotagem);
- Acabamento: branqueação, estamparia, tingimento;
- Transformação de tecidos em artigos finais, incluindo a produção de vestuário, artigos de casa e banho e produção de têxteis técnicos ou industriais.

A indústria têxtil encontra-se entre as maiores utilizadoras de produtos químicos. Para além dos produtos químicos utilizados para lubrificação, encolagem, mercerização e branqueação, o consumo mais significativo é o de auxiliares têxteis e corantes.

Os corantes têm diversas e complexas estruturas químicas e existe uma vasta gama em utilização comercial.

No que diz respeito a auxiliares têxteis, o seu consumo é muito significativo na fase do acabamento. O acabamento é o último passo da produção de tecido, conferindo-lhe as suas propriedades comerciais finais no que diz respeito a aparência, brilho, toque, entre outros aspetos.

Os acabamentos têxteis representam uma área de grande variabilidade no processo de produção. Uma vasta oferta de acabamentos está agora disponível, melhorando as propriedades dos produtos têxteis como, por exemplo, resistência aos vincos, ou conferindo propriedades funcionais com a prevenção do desenvolvimento de odores, através de agentes antimicrobianos.

A importância e a abertura do consumidor para materiais têxteis com propriedades funcionais continuam a crescer. No entanto este crescimento deve ser

acompanhado dos testes e amadurecimento necessários para a confirmação da segurança dos produtos químicos utilizados nestes novos artigos. As crescentes exigências do mercado pressionam os fabricantes de produtos químicos e acabadores têxteis no sentido da constante evolução de modo a conseguir cumprir as exigências dos clientes, ao menor custo possível.

A rápida evolução tecnológica, assim como uma crescente especialização dos materiais têxteis, acompanha as tendências de moda, conforto e preço de um consumidor final cada vez mais informado e atento. A tradicional separação dos processos têxteis está a tornar-se menos distinta como resultado da sua cada vez mais próxima interdependência; portanto, o setor têxtil está em constante evolução como resultado da reestruturação do negócio, modernização e adaptação à mudança tecnológica.

Enquanto uma das indústrias mais químicas do mundo, utiliza anualmente aproximadamente 9.3 milhões de toneladas de produtos químicos na produção de artigos têxteis.

Muito destes produtos químicos são utilizados para atingir a cor, efeito ou funcionalidade desejados. Contudo, se não forem usados de forma correta e eficaz, poderão ser descarregados das fábricas, causando problemas ambientais globais.

O uso inapropriado destes produtos químicos é uma questão-chave. Este problema deve-se, sobretudo, ao conhecimento limitado sobre os produtos químicos, a uma identificação inadequada dos riscos e à falta de inventariação dos mesmos.

Uma monitorização insuficiente, aliada a lacunas técnicas, impede que a indústria compreenda a origem dos problemas e, consequentemente, que esta evolua para uma produção ambientalmente responsável.

O programa "Zero Discharge" da SGS aborda as questões químicas e ambientais na cadeia de abastecimento, disponibilizando apoio técnico e soluções viáveis às marcas, retalhistas e a outros players da cadeia de valor, através de três áreas estratégicas.

- Formação (Formação e Gestão do Conhecimento), apoiando a cadeia de abastecimento a desenvolver competência técnica e *know-how*;
- Avaliação (Avaliação do risco químico), disponibilizando amostragem no local, testes e avaliação da fábrica para definição da situação atual como referência;
- Implementação (Boas Práticas e Implementação do Sistema), incentivando o desenvolvimento de um sistema de gestão de produtos químicos eficaz e a implementação das boas práticas ao longo de toda a cadeia de abastecimento.

Este programa auxilia as empresas a tomarem consciência da sua situação atual no que diz respeito ao controlo/utilização adequada dos produtos químicos e, partindo deste ponto, a atingir a respetiva otimização.

„A indústria têxtil possui uma das maiores e mais complexas cadeias produtivas."

ANA OLIVEIRA
Responsável Técnica
Consumer and Retail Services
SGS Portugal

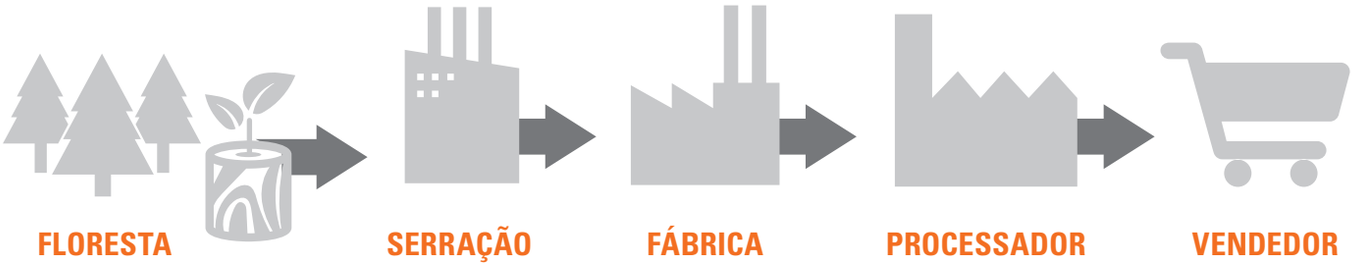
SUSTENTABILIDADE NA CADEIA DE CUSTÓDIA FLORESTAL

„É triste mas é mais fácil criar um deserto do que uma floresta."

James Lovelock

Diariamente usamos produtos que tiveram origem numa floresta. As decisões que tomamos sobre a compra e uso de produtos de origem florestal, decisões sobre as quais muitas vezes nem sequer pensamos, podem ter, a longo prazo, consequências importantes sobre os valores ambientais, sociais e económicos das florestas.

Paralelamente ao aumento da procura global por produtos com base florestal, uma parcela significativa da produção enfrenta uma importante diminuição de produtividade e um aumento da concorrência pelo uso da terra. Embora se assista a uma expansão da área plantada e a proporção da oferta que provém destas áreas seja cada vez maior, o fosso entre a procura e a oferta é considerável e prevê-se que continue a crescer.
Atualmente são as economias em desenvolvimento e emergentes que detêm mais de metade da produção mundial de madeira. Infelizmente, em muitos desses países, a exploração ilegal, os baixos padrões da indústria e o fraco controlo legal, combinados com a expansão da produção agrícola, têm prejudicado seriamente a sustentabilidade do setor florestal. Estima-se que cerca de 82% das importações de madeira da UE sejam originárias de países com elevados índices de corrupção percebida. Impedir a entrada no espaço europeu de madeira colhida de forma ilegal pode fazer toda a diferença para as florestas do mundo inteiro.
Mas a legalidade é apenas um primeiro passo, ainda que essencial, para a sustentabilidade. As legislações nacionais carecem muitas vezes de requisitos fundamentais para assegurar uma gestão sustentável dos recursos naturais. Uma gestão florestal sustentável exige o reconhecimento dos direitos consuetudinários das populações locais, requer o envolvimento constante e abrangente das diferentes partes interessadas e requer a implementação de normas relativas a direitos sociais, desenvolvimento e proteção ambiental que muitas vezes vão além da legalidade. E, dado que a gestão florestal sustentável pode implicar investimentos e custos adicionais, requer também clientes preocupados em comprar produtos oriundos de unidades de gestão florestal sustentáveis.
Um dos grandes desafios que se coloca à indústria dos produtos de base florestal é conseguir fornecer cada vez mais produtos finais com cada vez menor impacto nas florestas. A gestão florestal responsável validada por uma norma de certificação credível pode ajudar o setor florestal a contribuir positivamente para a vida do planeta e das pessoas.
Na essência, a certificação florestal consiste numa avaliação independente da gestão florestal com base em normas pré definidas, com ou sem um elemento de alegação no produto.
O conceito surgiu na década de 1990, após várias décadas de campanhas



feitas por grupos ambientais sobre o impacto da exploração madeireira nos vários ecossistemas. As campanhas "Save the Rainforest" e "Boycott Tropical Timber" das décadas de 1970 e 1980 conseguiram sensibilizar os consumidores e pressionar a indústria, criando a oportunidade de usar o poder da opinião pública de forma positiva para influenciar as práticas comerciais. No seguimento destes movimentos, foi necessário criar um mecanismo que permitisse identificar madeira de origens genuinamente bem geridas e de alguma forma recompensar os "bons" produtores.

Foi neste enquadramento que um grupo de ONG's ambientalistas (incluindo Fauna & Flora International - FFI), produtores florestais e retalhistas, se juntaram no início da década de 1990 para formar o Forest Stewardship Council (FSC®).

Nos finais dos anos 90 iniciaram-se alguns movimentos que pretendiam quebrar o monopólio de um único sistema de certificação. Aquele que maior projeção alcançou foi o criado com o selo CEPF (Confederação de proprietários privados europeus) onde se reuniram todas as partes interessadas, proprietários florestais, industriais de madeira, móveis, pasta e papel, retalhistas representantes de 14 países para criar a norma de certificação florestal PEFC©. O PEFC© surge assim em 1998 como uma iniciativa voluntária do setor privado florestal, baseada nos critérios e indicadores que resultaram das Conferências Ministeriais para a Proteção dos Bosques da Europa.

As normas FSC® e PEFC© são os principais documentos de referência desenvolvidos com base em processos e orientações multissectoriais, internacionalmente reconhecidos, de forma a garantir o cumprimento dos requisitos acordados à escala mundial. Estas normas são periodicamente sujeitas a revisões e consultas públicas.

Na prática, ambos os sistemas, FSC® e PEFC©, apresentam dois tipos diferentes de certificação:

- Gestão Florestal, que demonstra que a floresta é administrada ou gerida de forma responsável ou sustentável, em conformidade com os Princípios e Critérios do FSC® ou Critérios e Indicadores do PEFC©, e;
- Cadeia de Custódia/ Responsabilidade, que verifica a rastreabilidade de materiais e produtos certificados, de base florestal, ao longo da cadeia produtiva, desde a floresta, ou no caso dos materiais reciclados, desde o local de recolha, até ao consumidor final. Aplica-se a fabricantes, transformadores e comerciantes de produtos florestais certificados.

A certificação da Cadeia de Custódia/ Responsabilidade destina-se a qualquer empresa que procure demonstrar que a sua organização contribui positivamente para a manutenção e melhoria da floresta, estabelecendo uma política de compras de matéria-prima/produtos de base florestal em conformidade.

A certificação florestal é então um instrumento no mercado mundial de produtos de base florestal e cujas principais vantagens incluem:

A garantia de que os produtos com marca de certificação cumprem ao longo de todas as fases de processamento, transformação e distribuição, que medeiam a floresta e o consumidor final, os princípios e critérios que incluem os mais elevados benefícios sociais e ambientais.

A Certificação da Cadeia de Custódia/ Responsabilidade é essencial para as empresas que procuram ter acesso aos mercados conscientes em termos ambientais e sociais, ou para demonstrar o cumprimento com políticas de compras públicas e privadas, que especificam materiais ambientalmente responsáveis.

MARGARIDA MONTEVERDE
Técnica de Produto
Certificação Agricultura e Florestas
SGS Portugal

SGS NO
RETALHO E SERVIÇOS

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PROMOÇÃO DE EVENTOS

CLIENTE MISTÉRIO
MELHORAR ATRAVÉS DA EXPERIÊNCIA DOS CLIENTES

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PROMOÇÃO DE EVENTOS

A Certificação "Evento Mais Sustentável" surge como uma oportunidade de impulsionar e reconhecer medidas de sustentabilidade adotadas em qualquer tipologia de evento, tendo em conta todo o seu ciclo de vida. A SGS reuniu personalidades de diferentes tipologias de eventos em Portugal para constituírem a Comissão Técnica. Jorge Lopes, presidente da Associação de Promotores de Espetáculos, Festivais e Eventos (APEFE), aceitou o desafio de presidir essa mesma comissão.

Todos nós, inevitavelmente, deixamos uma marca no planeta, chamada de "pegada ecológica". Há algum tempo, não era comum a reflexão sobre esta temática; todavia cada vez mais temos consciência de que as ações que adotamos agora poderão colocar em causa a sustentabilidade de gerações futuras. Temos vindo inclusive a assistir a impactos no meio ambiente, resultantes da nossa evolução e industrialização. A nossa pegada é inevitável, contudo, são as nossas escolhas que ditam a dimensão da mesma.

Tendo isto em mente, a Certificação "Evento Mais Sustentável" foi uma aposta óbvia da SGS, não só porque a sustentabilidade faz parte do nosso ADN, mas também pela importância da sensibilização e disseminação de boas práticas a outras organizações.

Um evento que opte pela Certificação "Evento Mais Sustentável" estará a evidenciar em todo o seu ciclo de vida o seu compromisso com a sustentabilidade, desde o planeamento até ao total restabelecimento (ou melhoria) das condições iniciais do local. Este processo sendo repetitivo, permitirá detetar oportunidades de melhoria e correções que poderão ser implementadas em edições seguintes, tudo depende da forma como o evento é monitorizado em cada etapa.

PLANEAMENTO ▶ MONTAGENS ▶ EVENTO ▶ DESMONTAGENS ▶ CONDIÇÕES FINAIS DO LOCAL

O desenvolvimento sustentável é uma jornada de melhoria com impacto em todas as partes interessadas, como para o próprio contexto interno e externo do evento. A sustentabilidade está assente em três pilares: social, ambiental e económico. Foi nesta base que a Especificação Técnica foi orientada e concebida com o apoio de uma Comissão Técnica experiente no setor dos eventos incluindo o *know-how* específico relativamente à segurança (*security* e *safety*) e nos diferentes tipos de eventos: culturais, desportivos e festivais.

PILAR SOCIAL

Um evento é constituído por pessoas, logo, ser socialmente responsável implica trabalhar ao nível das relações, da segurança e do bem-estar, intensificando a satisfação e o sentimento de confiança.

PILAR AMBIENTAL

Um evento ambientalmente consciente tem em consideração todas as atividades que possam, direta ou indiretamente, ter impacto negativo no meio ambiente, seja a curto, médio ou longo prazo.

PILAR ECONÓMICO

O pilar económico deve coexistir em simbiose com os pilares anteriores. O investimento no desenvolvimento sustentável estimula a eficácia e eficiência dos processos.

JOANA SILVA
Product Coordinator
SGS Portugal

TESTEMUNHOS DOS MEMBROS DA COMISSÃO TÉCNICA

"Organizações que envolvem centenas ou milhares de participantes, até pela sua escala, exigem uma atenção especial centrada na qualidade organizativa e nas preocupações de sustentabilidade económica, ecológica, ambiental e social. Será importante a atribuição da certificação "Evento Mais Sustentável" pelas boas práticas que assim se replicarão."

FERNANDO TAVARES
Vice presidente
Federação Portuguesa de Atletismo

A iniciativa da SGS em lançar a Certificação "Evento Mais Sustentável" traz a possibilidade aos promotores de eventos a possibilidade da obtenção de uma maior taxa de sucesso e aos consumidores a garantia de que o evento segue a via da qualidade e da segurança. Na ótica do *safety*, esta certificação promove o cumprimento legislativo e o aumento da taxa de segurança de locais considerados críticos por reunirem no mesmo espaço um elevado número de pessoas com características e motivações específicas. Esta certificação é sem dúvida um passo de elevado valor para o contributo da missiva "festivais seguros".

TERESA FONSECA
CEO e Consultora
Ponto d' Observação

Os eventos podem ser uma montra para que possamos encarar a sustentabilidade com esperança de construirmos um mundo melhor para as próximas gerações. Criar eventos sustentáveis é imperioso e o meu repto é que ninguém tenha receio de enveredar pelo caminho dos eventos sustentáveis, porquanto constituem uma maior garantia para aqueles que pretendem usufruir dos eventos, dos espaços ou dos ambientes, em perfeita harmonia.

VÍTOR MOREIRA
Diretor Municipal
Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

ENTREVISTA A JORGE LOPES, PRESIDENTE DA APEFE

Sente que o publico procura critérios de sustentabilidade nos festivais?
Claro que sim. O público está cada vez mais exigente e procura eventos que tenham critérios de sustentabilidade, quer sejam ambientais, de segurança ou higiene. Portanto tudo isso são pontos de avaliação que o publico faz à saída de um evento, incluindo também as condições que o próprio recinto consegue proporcionar.

Na sua opinião como é que os eventos têm evoluído, em termos de sustentabilidade, nos últimos 5 anos?
Abissalmente. Eu já faço festivais desde 1998, e não tem nada a ver o que se faz hoje com o que se fazia antigamente. A preocupação social das pessoas é cada vez maior. Isto é, a própria responsabilidade social acabou por ser incutida nos eventos, quer pela dimensão destes, quer pela entrada de grandes marcas, grandes patrocinadores e até mesmo de artistas que têm alguma necessidade que os eventos onde atuam tenham premissas em que eles próprios acreditem. No fundo, tudo junto, acabou por ter uma evolução abismal.

Considera então que existe cada vez mais uma maior profissionalização deste setor e uma gestão mais sistemática para todos estes critérios?
Claro que sim, este setor é muito recente, mas está neste momento a um nível muito profissionalizado. Como é um setor muito criativo, também tem uma faixa exigente a trabalhar nesta área, que é gente nova, gente criativa, que está aberta a novas tendências da sociedade. No fundo, os eventos acabam por ser um espelho da mesma e do próprio poder político também, tendo que se adaptar a esta realidade.

Se fizermos uma comparação sobre aquilo que é o setor em Portugal e noutros países, como estamos em relação à profissionalização do setor?
Eu acho que estamos muito bem, e estamos bem precisamente por isso. Como é um setor maioritariamente liderado por muitos *players* jovens, a informação é rapidamente disseminada. Até porque Portugal tem dois festivais que são duas marcas internacionais, o Rock in Rio e o Primavera Sound, o que auxilia na transmissão do conceito. Portanto, Portugal a esse nível tem sido não só um país que absorve rapidamente as grandes melhorias que existem ao nível de eventos, como também é capaz de exportar grandes ideias e inovações que permitam que todo o setor a nível mundial consiga evoluir.

E a APEFE acaba por assumir também um papel de dinamizador do desenvolvimento sustentável, levando esse conceito ao público?
Esse é um dos âmbitos que vamos querer implementar. Isto é um setor que já movimenta um volume considerável de produto a nível nacional, e este ano decidimos juntar e criar uma associação entre alguns promotores. O desenvolvimento sustentável é um dos objetivos a médio prazo da APEFE. Neste momento, estamos a desmistificar o que realmente vale o setor e, após isso, iremos entrar no campo da melhoria. Primeiro veremos o que está mal e posteriormente será corrigido de forma a estabilizá-lo.

Quais expetativas existem em relação à colaboração da APEFE com a SGS?
As expetativas são boas. As conversas que temos tido são interessantes, achamos que este setor precisa de massa crítica. Precisamos de gente que traga inputs novos, formas de pensar diferentes em determinadas áreas nas quais nós não estamos 100% focados e que nos pode ajudar a fazer exatamente este trabalho, profissionalizando e sistematizando os eventos a todos os níveis.

JORGE LOPES
Presidente
APEFE

1.º FESTIVAL DE MÚSICA CERTIFICADO

A SGS certificou o Festival NEOPOP de acordo com a norma "Evento Mais Sustentável (SC-HOTO-134)". Este evento, realizado anualmente em Viana do Castelo e já com 10 anos de história, ganha cada vez mais fama e participantes que vêm pelos grandes nomes da música eletrónica combinados com o charme da cidade. Esta conquista é evidência da conformidade com a Especificação Técnica "Evento Mais Sustentável" da SGS, motivado pelo foco na temática da sustentabilidade e da crescente necessidade de assegurar a qualidade e segurança dos eventos em Portugal.

NEOPOP FESTIVAL
Edição 2017
Evento Mais Sustentável
www.sgs.pt

CLIENTE MISTÉRIO
MELHORAR ATRAVÉS DA EXPERIÊNCIA DOS CLIENTES

As organizações estão em permanente procura da melhoria continua para garantir sustentabilidade. É grande a tentação de implementar medidas para otimizarmos produtos e serviços numa ótica interna e fechada mas, na realidade, a melhoria tem que acontecer de acordo com as experiências e expetativas dos clientes.

TESTEMUNHO DE CLIENTE WIZINK

O processo de promoção dos cartões do WiZink é fator crítico para o sucesso.
Com uma vasta rede de stands, o WiZink tem uma grande relação de proximidade com os seus parceiros que selecionam e formam os seus comerciais para que representem a marca WiZink de uma forma elevada e que tenham um comportamento exemplar e assertivo na oferta dos cartões de crédito WiZink. As visitas mistério são uma ferramenta de avaliação da qualidade da venda.

WiZink
O teu banco fácil

FERNANDA PEREIRA
Diretora de Canal Móvel
WiZink Bank

As auditorias mistério fornecem informação para o interior da organização sobre a experiência que o cliente teve com o produto e/ou serviço, informação essa que, depois de devidamente tratada, é transformada em estratégia.
Um cliente mistério, ou *shopper*, é uma pessoa sem uma formação específica para realizar este tipo de auditorias mas é treinado para descrever constatações de acordo com as diferentes perspetivas da experiência: as caraterísticas de um produto, modo de atendimento, *lead time*, canais de comunicação, conforto do espaço físico, estado de equipamentos e infraestruturas, entre outros aspetos.
Numa perspetiva de *benchmarking*, é conveniente que as auditorias mistério sejam realizadas não só aos próprios serviços mas também aos serviços de empresas semelhantes. Esta análise *benchmarking* permite não só conhecer a experiência do próprio serviço mas também avaliar os aspetos que o consumidor mais aprecia nos serviços concorrentes. As auditorias mistério acabam por ser uma poderosa ferramenta para realizar uma análise de contexto interna e externa das organizações, sendo uma das cláusulas da ISO 9001:2015.
A SGS disponibiliza o serviço de auditorias mistério há cerca de 20 anos, sendo uma empresa de referência em Portugal. Os especialistas da área da qualidade e marketing trabalham em completa parceria com os clientes no diagnóstico e melhoria dos serviços na busca incessante de satisfazer as expetativas dos clientes.
Apresentamos nesta peça duas empresas que confiam na excelência das auditorias mistério da SGS: a Wizink, cartões de crédito, e a S. Hotels, rede de hotéis do Grupo SONAE.

VÂNIA VICENTE
Consultora
Customer Experience Solutions
SGS Portugal

TESTEMUNHO DE CLIENTE S.HOTELS - SONAE CAPITAL

O maior ativo que o setor hoteleiro pode reter são as boas experiências dos seus clientes e é por isso mesmo que os hotéis trabalham de forma sistemática e rigorosa cada detalhe da experiência dos hóspedes. As auditorias mistério são a ferramenta para avaliar continuamente o *customer journey* procurando conhecer a qualidade percecionada pelos clientes e ainda aspetos que devem ser melhorados.
Isabel Tavares, Diretora de marketing da S.Hotels – SONAE Capital, realça a necessidade destas auditorias para suportar a "arte de bem receber" e do standard de excelência da marca.
Contando já com diversas unidades de referência no país, a marca de hotelaria da Sonae Capital considera a SGS "um parceiro do presente e para o futuro", refere Isabel Tavares.

S. HOTELS COLLECTION

CONHEÇA O TESTEMUNHO

QR SCAN

ISABEL TAVARES
Diretora de Marketing Hotelaria
S.Hotels - Sonae Capital

$x^2+y^2=z^2$

SGS NA
GESTÃO ESTRATÉGICA

2018: ÚLTIMO ANO PARA AS TRANSIÇÕES

ISO 45001: UMA LUZ AO FUNDO DO TÚNEL

GESTÃO DO RISCO

LIDL: SUSTENTABILIDADE NA CADEIA DE VALOR

REGULAMENTO GERAL SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS

INSURANCE SMART SOLUTIONS

AUDITORIAS SOCIAIS

SGS LEGIS

2018

2018: ÚLTIMO ANO PARA AS TRANSIÇÕES

As duas normas de certificação mais relevantes, a ISO 9001 e a ISO 14001, foram revistas e publicadas a 15 de Setembro de 2015, e o limite da transição para estas novas versões termina 3 anos após essa data. Entramos assim no último ano desta transição.

A SGS tem acompanhado de perto o universo das empresas certificadas com diferentes ações de apresentação do plano de transição e dos novos requisitos das normas através de webinares, guia de interpretação, seminários e formação. O primeiro ano foi, naturalmente, sobretudo de análise e planeamento da implementação por parte das organizações, tendo-se, contudo, emitido certificados para algumas empresas que demonstraram a sua proatividade e que quiseram posicionar-se na dianteira desta mudança. Já o 2.º ano, que agora terminou, foi claramente a fase de "arranque" e deveríamos chegar a um terço dos certificados já emitidos pelas novas normas no final de 2017. Para os restantes, a auditoria de transição já terá sido realizada ou encontrar-se-á planeada para garantir disponibilidade de tempo e recursos assim como emissão quer das empresas, quer da SGS, para uma conclusão tranquila deste processo de transição em 15 de setembro de 2018.

Neste breve ponto de situação, e já com a experiência adquirida no terreno em auditorias a sistemas de gestão (SG) implementados, de raiz ou após um processo de adaptação, pareceu-nos importante voltar à leitura das maiores alterações introduzidas nestes referenciais, existindo, no entanto, muitas outras que não podem ser menosprezadas. É significativo que comecem logo no início das normas. A organização deve compreender a realidade em que está inserida e o que a condiciona - o Contexto, quais são as Partes Interessadas que são relevantes e as suas Necessidades/Expetativas. Os *outputs* desta compreensão serão as Questões e Requisitos de Partes Interessadas.

É a partir desta informação que deve ser delineado o SG, o seu Âmbito e os Riscos e Oportunidades que terão de ser tratados por Ações incorporadas nos Processos, coluna que suporta o SG. É com este "pensamento baseado no risco" que se pode então fortalecer ou "aliviar" processos. Ao longo do tempo, a organização avaliará a eficácia destas ações para tratar Riscos e Oportunidades, adequando-as se necessário; e ainda reverá a atualização dos pressupostos subjacentes ao desenvolvimento do SG (Contexto, Partes Interessadas, Questões, Requisitos de Partes Interessadas, Riscos e Oportunidades). É importante entender que as novidades introduzidas não requerem uma abordagem muito complexa e documentada, mas são fundamentais para suportar a conceção e o desenvolvimento do próprio SG, procurando precisamente que as organizações concebam o seu sistema de forma mais sólida, visando o seu propósito e a sua orientação estratégica.

„A SGS tem acompanhado de perto o universo das empresas certificadas."

ISABEL BERGER
Diretora de Certificação
SGS ICS

ISO 45001: UMA LUZ AO FUNDO DO TÚNEL

De acordo com as estatísticas da OIT – Organização Internacional do Trabalho, são apenas necessários 15 segundos para que 153 trabalhadores contraiam uma lesão em contexto laboral.

De forma ainda mais dramática, a mesma organização aponta o mesmo espaço de tempo para que um trabalhador possa, inclusivamente, morrer. Estas situações representam um enorme encargo para as organizações e sociedade como um todo, custando mais de 2,3 milhões de mortes por ano, para além de mais de 300 milhões de acidentes não fatais.

Conscientes deste quadro e de forma a contribuir para a sua minimização, a BSI – British Standards Institution (organismo de normalização da Grã-Bretanha) vem propondo às organizações, desde 1997, uma ferramenta de gestão que permita atingir melhorias no desempenho da segurança e saúde no trabalho: uma norma internacional no seio da ISO – International Organization for Standardization.

Como diz o ditado português "água mole em pedra dura, tanto bate até que fura", esta proposta acabou por ser aceite em 2013, tendo sido constituído um Comité de Projeto batizado como ISO/PC 283 – Occupational Health and Safety Management Systems, cujo mandato para elaborar a norma, à qual foi atribuída a numeração ISO 45001, foi de 3 anos.

A ISO 45001 é baseada nos elementos comuns encontrados em todas as normas de sistemas de gestão produzidas pela ISO – o denominado Anexo SL, garantindo um elevado nível de compatibilidade com as novas versões já publicadas em 2015 da ISO 9001 "Sistemas de Gestão da Qualidade" e da ISO 14001 "Sistemas de Gestão Ambiental".

Desde então foram realizadas várias reuniões do grupo de peritos internacionais que integram o ISO/PC 283, e na sequência do processo de produção de normas internacionais da ISO, atingiu-se, na última reunião que decorreu de 18 a 23 de setembro de 2017 em Malaca (Malásia), o consenso acerca do texto final na norma Final Draft International Standard (FDIS).

Esta versão Final Draft International Standard (FIS), surge na sequência da DIS.2 ter obtido 88% de aprovação e de apenas sete dos 74 países votantes terem votado de forma negativa, na votação que decorreu entre maio e julho de 2017.

Acompanhando a votação foram ainda recebidos 1600 comentários, que tiveram como propósito afirmar as razões das votações negativas e procurar encontrar melhorias no texto. Os temas que suscitaram maior discussão estão relacionados com:

- os requisitos para a "participação e consulta", tema muito controverso e relativamente ao qual a representação da OIT tem procurado que seja alinhado com as Convenções da OIT em vigor;
- a forma como a formação dos trabalhadores e a disponibilização de EPI's devem ser tratadas pela norma;
- o potencial conflito entre os riscos e oportunidades introduzidos pelo anexo SL e os riscos para a SST que são essenciais numa norma de sistemas de gestão da SST;
- os mecanismos de aplicação do sistema de gestão a atividades subcontratadas.

Ainda na sequência desta última reunião

foi definida uma calendarização para a produção da norma, da seguinte forma:
A versão FDIS foi publicada em 30 de novembro de 2017 e está em fase de votação por um período de dois meses que termina a 25 de janeiro de 2018.
Espera-se que os resultados da votação sejam conhecidos até final de janeiro de 2018, os quais serão de aprovação ou não aprovação. Se esta versão FDIS for aprovada, como se espera, a sua publicação como norma internacional poderá ocorrer em março de 2018.
Após publicação da ISO 45001 como norma internacional, a OHSAS 18001 será cancelada pelo OHSAS Project Group, dispondo as organizações certificadas por esta norma de um período de migração. Para as organizações já certificadas pela OHSAS 18001, decorrerá um período de três anos de migração, contado a partir da data de publicação da ISO 45001, ou seja, um período que terminará em março de 2021. Esta migração já se encontra aprovada nos termos de uma resolução do IAF – International Acreditation Forum, tomada na sua 30.ª Assembleia Geral que decorreu em Nova Deli de 26 de outubro a 4 de novembro de 2016.
Esta norma ISO 45001 tem proporcionado bastantes discussões acerca do seu objetivo e inerentemente do seu conteúdo. O facto de no seu desenvolvimento estarem envolvidas muitas entidades, dos mais variados quadrantes da sociedade é positivo, mas ao mesmo tempo potenciador de discussão, essencialmente devido às diferentes perspetivas acerca do que é (ou deve ser) uma norma de sistemas de gestão.
A este propósito convém termos em conta, o que a ISO 45001 NÃO é:

- A ISO 45001 não fornece as melhores práticas para ajudar a prevenir incidentes e para melhorar a segurança; apenas especifica os requisitos de um sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho;
- A ISO 45001 não estabelece critérios específicos para o desempenho da segurança e saúde no trabalho;
- A norma ISO 45001 não prescreve a conceção de um sistema de gestão da segurança e saúde no trabalho. O sistema de gestão SST de uma organização deve ser específico para ir ao encontro das suas próprias necessidades na prevenção de ferimentos e doenças. Qualquer tipo de sistema pode estar em conformidade com os requisitos da norma, desde que possa ser demonstrado que é eficaz e apropriado à organização;
- A ISO 45001 não aborda especificamente questões como a segurança do produto, danos à propriedade ou impactos ambientais, e uma organização não é obrigada a ter em conta estas questões a menos que elas representem um risco para os trabalhadores;
- A ISO 45001 não se destina a ser um documento juridicamente vinculativo, é uma ferramenta de gestão para o uso voluntário por organizações que pretendam eliminar ou minimizar o risco de lesões e/ou doenças.

LUÍS SANTOS
Technical Manager
Grupo SGS Portugal

GESTÃO DO RISCO

Gerir o risco de um negócio é ter consciência do efeito da incerteza nos diferentes objetivos organizacionais, sejam eles estratégicos, operacionais, de projeto, de produto ou mesmo de processo.

O ambiente de negócios, na atualidade, é caracterizado pela única "constante" - a mudança - a todo tempo. Expressa-se pela competição global, digitalização de processos, responsabilidades sociais e ambientais, desenvolvimento tecnológico acelerado, exigência crescente dos produtos e serviços, pressões de sustentabilidade nas cadeias de fornecimento e exigências regulamentares, que aumentam em larga escala a complexidade e a importância das decisões de planeamento e otimização da alocação de recursos (pessoas, processos, sistemas e infraestrutura) das organizações.

A noção da existência desta incerteza permite aos gestores desencadearem mecanismos de gestão de risco que sejam aplicáveis em todos os processos organizacionais, procurando a melhor informação, sistematizada e disponível de forma tempestiva, facilitando a melhoria contínua e consequente criação de valor.

Instituída nas organizações, a gestão do risco fomenta uma proatividade nas operações e aumenta a probabilidade da consecução dos objetivos, pois consciencializa para a necessidade de identificar e tratar o risco de forma transversal, aprimora o reconhecimento de oportunidades e ameaças, facilita a governação e a aprendizagem permanente e aumenta a confiança e a credibilidade da organização perante as partes interessadas.

Sendo a gestão do risco (ISO 31000:2013) "as atividades coordenadas para dirigir e controlar uma organização no que respeita ao risco", importa portanto estimular e encorajar as pessoas com responsabilidades na organização para se envolverem neste processo, que tendencialmente irá mitigar muito os efeitos potenciais que alguns riscos poderiam representar de forma nefasta para a organização. Em sentido inverso, existem riscos que podem e devem ser perseguidos pela organização, pois representam vantagens inequívocas, que não devem ser ignoradas.

Para implementar uma gestão baseada no risco é vital a identificação dos riscos ajustados ao contexto da organização, independentemente de estarem ou não sob o seu controlo, de forma a elaborar uma lista abrangente dos diferentes fatores que podem melhorar, prevenir, degradar, acelerar ou retardar a concretização dos objetivos.

Ao analisar os riscos, é importante compreender as suas causas e fontes, a probabilidade da ocorrência e os respetivos impactos, positivos ou negativos. O nível de risco será sempre determinado pela forma como a probabilidade e o impacto são expressos e combinados.

É necessário decidir quais os riscos que necessitam de tratamento e qual a sua prioridade, informação que decorre do processo de avaliação. A atitude da organização face ao risco e os critérios que lhe estão adjacentes influenciarão a decisão sobre a necessidade de efetuar

TIPOS DE RISCO

E OS ASPETOS QUE CONSIDERAM

RISCO ESTRATÉGICO

- a estratégia do negócio
- a situação macroeconómica
- a gestão de topo, administradores e conselheiros
- a internacionalização
- o risco de sucessão

RISCO COMPLIANCE

- as infrações normativas
- a legislação
- os contratos celebrados entre a organização, os seus colaboradores, fornecedores e outros
- as ações na justiça do trabalho
- o meio ambiente

RISCO FINANCEIRO

- perdas financeiras relativas a operações em setores ou regiões específicas
- possíveis oscilações nas taxas de juros
- investimentos não diversificados
- incumprimento de um contrato

RISCO OPERACIONAL

- fraude
- falha humana
- falta de profissional qualificado
- os sistemas de informação
- a estruturação de processos de negócio

RISCO REPUTACIONAL

- ativos intangíveis
- informações que possam ser transmitidas pela comunicação social
- a comunicação interna
- a ética, sigilo e integridade pessoal e profissional
- ações de patrocínio X patrocinados
- crença, etnia, religião, política

mais análises, ou de não efetuar qualquer ação face aos controlos já existentes, acerca de determinados riscos.
Assim, como devemos tratar os riscos? Sempre que pretendemos reduzir o efeito indesejado de algum evento potencial que acreditamos ser prejudicial para a nossa organização, temos de encontrar meios que nos auxiliem a tornar esses riscos aceitáveis, implicando normalmente a seleção de uma ou mais opções para modificar os riscos, devendo ser aferida a eficácia das decisões tomadas.
Existem diferentes opções para lidar com o risco. Caso a consequência seja incomportável para a organização, a decisão poderá passar por evitar correr esse risco. Quando se trata de perseguir uma oportunidade, deverá assumir-se e inclusivamente potenciar esse risco, para que induza consequências favoráveis. Nem sempre temos capacidade para controlar certos riscos, mas existem alguns que conseguimos manipular, podendo remover a fonte do risco, alterar a sua probabilidade e / ou o próprio impacto, caso não o queiramos assumir nestas circunstâncias.
Quando não temos alternativa, face à extensão que o risco possa representar, uma das opções válidas será a partilha do risco com terceiros, limitando a responsabilidade da organização para níveis toleráveis.
A opção pelo tratamento do risco mais apropriado implicará sempre a comparação dos gastos e do esforço da sua implementação com os benefícios resultantes, levando em consideração os requisitos legais e regulamentares existentes. Muitas vezes, a falha ou a ineficácia das medidas de tratamento do risco podem constituir um risco bastante significativo.
Para que seja possível tirar ilações das iniciativas empreendidas na gestão do risco, e para que tal se constitua como um verdadeiro fator dinâmico de competitividade, é determinante monitorizar e rever o risco, inferindo um ciclo evolutivo, de aprendizagem em função dos eventos ocorridos, das mudanças, das tendências, da perceção de alterações no ambiente interno e externo da organização, com o intuito de assegurar que os controlos são eficazes e eficientes face aos riscos identificados e capacitar o reconhecimento dos riscos emergentes.

Concretizado, a gestão baseada no risco é um processo contínuo, que garante mais conhecimento sobre os riscos a que a organização está exposta, melhorando a capacidade de resposta, e subsequentemente, reduzindo consequências indesejadas. Ao estimular a probabilidade de atingir objetivos irá mitigar a ocorrência de resultados negativos no futuro.

A gestão do risco, efetuada de forma profícua, terá como condão tornar a prevenção num hábito permanente, agindo de forma proativa na antecipação de problemas e na obtenção das melhores soluções para cada eventualidade.

NUNO MALTA
Branch Manager
Delegação SGS Beiras

LIDL
SUSTENTABILIDADE NA CADEIA DE VALOR

Entrevistámos Vanessa Romeu, Diretora de Comunicação Corporativa do LIDL, ficando a conhecer o conceito de política de sustentabilidade do grupo.

É claramente percetível que o LIDL está a apostar forte na incorporação de critérios de sustentabilidade no seu negócio. Gostaríamos que partilhasse a visão do LIDL nesse domínio.

No Lidl Portugal a visão de negócio é sinónimo de escolhas socialmente responsáveis, o que se traduz nas nossas políticas de responsabilidade social. Assentes no compromisso de partilha de valor com a sociedade - contribuindo para o bem-estar social e ambiental - estas políticas são estruturadas em cinco pilares que, em conjunto, constroem o nosso "A Caminho do Amanhã": Sortido, Ambiente, Sociedade Colaboradores e Parceiros Comerciais.

No Lidl sustentamos uma postura no mercado através de um trabalho sistemático, onde a qualidade - um requisito fundamental - é trabalhada na origem, desde as parcerias com os fornecedores e parceiros comerciais, passando pelo sistema de distribuição, até à loja. Exigimos aos nossos fornecedores produtos com menos impacto ambiental, menos manuseamento e exposição, para obtermos produtos com mais qualidade, controlo e frescura. Para tal, trabalhamos de forma próxima e colaborativa com os nossos fornecedores com vista à obtenção da certificação. Atualmente, 100% dos nossos fornecedores são certificados em rigorosos standards internacionais, em pelo menos um dos referenciais: IFS, BRC e FSSC 22000, que garantem a qualidade e segurança alimentar dos nossos produtos, e 100% dos nossos fornecedores de frutas e legumes são certificados pelo GLOBALG.A.P..

Sentem que os clientes do LIDL são sensíveis a esta política de sustentabilidade?

O compromisso do Lidl Portugal envolve fornecedores, consumidores e colaboradores e, como tal, trabalhamos para que todos façam parte de um caminho de mudança, em que o objetivo é a criação de valor através de um negócio responsável, socialmente inclusivo, economicamente sustentável e ambientalmente eficiente.

Acreditamos que o investimento na sustentabilidade resulta na garantia de satisfação do cliente, assim, assumimos uma postura de trabalho sistemático a nível de mercado, de longo prazo, com uma conduta exclusiva e respeitadora, onde a garantia das boas práticas de sustentabi-

lidade ambiental é ampliada na cadeia de valor. Através desta consistência temos ganho a confiança dos nossos clientes relativamente às nossas ações, seja através da sensibilização para estas causas, seja respondendo às suas preocupações. É o caso da geração *Millennial*, mais atenta às questões ambientais e animais, mais informada e digitalizada, para quem as ações como a certificação MSC do nosso bacalhau ou a abolição de venda de ovos de galinhas criadas em gaiolas tem um forte peso na escolha de local de compra, e para quem o acompanhamento do produto desde a sua origem é essencial. A mudança só acontece quando muitos remam na mesma direção.

Um bom exemplo de forte envolvimento dos nossos clientes nas nossas ações de bem-estar animal verificou-se na campanha Cãopartilha, que no âmbito do dia Mundial do Animal, a 4/10, levou os nossos seguidores do Facebook a partilhar a história do seu amigo de quatro patas adotado, revelando como se conheceram e como este mudou as suas vidas. As histórias mais originais selecionadas pelo Lidl Portugal foram partilhadas na nossa página de Facebook e, por cada partilha solidária que tivessem, o Lidl prometeu doar uma refeição (150g de ração) aos patudos de uma associação nomeada pelo autor da história. O sucesso foi tal, que, de acordo com a SocialBakers, o post de lançamento da campanha Cãopartilha foi a publicação com maior número de partilhas de sempre na página de Facebook do Lidl Portugal. Foram mais de 100.000 partilhas e cerca de 300 participações, que resultaram em 16,4 toneladas de ração arrecadadas representando mais de 100.000 refeições, para 10 associações escolhidas pelos 10 vencedores.

Como está a reagir a cadeia de fornecimento?

Os nossos fornecedores têm dado uma resposta muito positiva às nossas políticas e exigências a nível de sustentabilidade. Reflexo disso é a nossa possibilidade de adoção de políticas como a venda exclusiva de bacalhau certificado MSC, e o passo pioneiro no setor de retalho português, ao abolir em julho de 2017 a venda de ovos de galinhas criadas em gaiolas.
Através destas medidas pretendemos percorrer um caminho em que o Lidl Portugal se compromete com a promoção de um equilíbrio em todas as etapas do seu produto, acreditando que o investimento no bem-estar ambiental e animal resulta na garantia de satisfação do cliente.

Como comprometeram os colaboradores do LIDL neste objetivo estratégico?

Acreditamos que a responsabilidade social é de todos. Todos temos um papel importante a desempenhar, procurando não só promover os nossos princípios de responsabilidade social e sustentabilidade junto das comunidades, como também junto dos nossos colaboradores. Acreditamos que o envolvimento dos nossos colaboradores não só lhes aufere maior orgulho de pertencer à empresa, como garante uma maior responsabilidade nesta missão pois são eles que muitas vezes fazem o contacto direto e diário com o público. No Lidl pretendemos envolver todos num caminho que apele à criação de valor através de ações socialmente responsáveis, de forma a reforçar o nosso posicionamento de "A caminho do Amanhã".
Como exemplo de envolvimento dos colaboradores nas nossas ações de responsabilidade social podemos destacar a seleção das 5 IPSSs beneficiárias da campanha *Promoção do Bem* por parte dos colaboradores Lidl que, de um universo de 15 IPSSs, votaram naquelas que consideram ter particular relevância e abrangência em cada uma das 5 regiões administrativas de Portugal: CASA (Norte), APPACDM (Oeste), Aldeias de Crianças SOS (Lisboa e Vale do Tejo), Cruz Vermelha (Alentejo), e Refood (Algarve). Desta forma envolvemos os colaboradores e as IPSSs num projecto que é de todos, e para toda a comunidade.

VANESSA ROMEU
Diretora Comunicação Corporativa
Lidl

REGULAMENTO GERAL SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS

O novo Regulamento Geral sobre Proteção de Dados (RGPD) representa uma mudança de paradigma na proteção de dados pessoais, onde passamos de uma lógica centrada nas organizações que tratam dados pessoais para uma lógica alinhada com a proteção dos titulares dos dados.

EM VIGOR A PARTIR DE MAIO DE 2018

Essa mudança percebe-se com a inversão do ónus de prova, que, antes do RGPD, estava do lado do titular dos dados e agora passa a estar do lado das organizações. De uma forma prática, isto significa que quem trata dados pessoais passa a ter a obrigação de provar em que situações é que processou esses dados, para que fim e porquê, quando no passado bastava submeter um pedido de autorização prévia à autoridade competente.

O novo Regulamento reveste-se de alguma complexidade, com novos princípios, conceitos e direitos para os titulares de dados, que significam novos deveres para as organizações que com eles lidam, em que são exemplo:

- Avaliação de impacto;
- Privacidade por defeito na conceção de novos produtos ou serviços com dados;
- Notificações das violações de segurança;
- Encarregado de Proteção de Dados (DPO).

Para além das elevadas coimas que podem chegar aos 20 milhões de Euros, o impacto deste regulamento será mais sentido a nível administrativo, na área dos recursos humanos e na relação com os clientes, sendo necessário rever os procedimentos associados.

Consciente do desafio que cada organização tem pela frente, a SGS implementa soluções de Conformidade com o RGPD. O objetivo destas soluções é dotar as organizações de massa crítica e de ferramentas internas para poderem gerir as suas atividades de forma tranquila, onde a segurança dos dados pessoais dos seus colaboradores e dos seus clientes é uma prioridade.

SÉRGIO FERREIRA
Data Protection Business Developer
SGS Portugal

FORMAÇÃO RGPD
SGS ACADEMY

Programas de formação inter e intra no âmbito da proteção de dados pessoais e da segurança da informação

- Workshop de Formação Intensiva
- Impacto do RGPD
- Plano de Ação RGPD
- RGPD e Proteção de Dados dos Trabalhadores
- Sistemas Integrados de Gestão da Proteção de Dados
- Proteção de Dados e Segurança da Informação - Impacto do RGPD nas tecnologias de informação e comunicação
- Encarregado da Proteção de Dados

Consulte mais informação em:
sgsacademy.pt/formacao_rgpd

METODOLOGIA SGS

DIAGNÓSTICO

- Inventariação e Mapeamento do Estado da Situação
- Avaliação da Conformidade
- Identificação do Grau de Maturidade

IMPLEMENTAÇÃO

- Definição da Estratégia e Plano de Ação
- Construção de Procedimentos e Normativas Internas
- Implementação Técnica e Operacional

GESTÃO

- Formação Profissional
- Desenvolvimento, Qualidade ou Auditoria
- Sistematização do Controlo de Gestão

BENEFÍCIO DA SOLUÇÃO SGS

INVENTARIAÇÃO E DIAGNÓSTICO À MEDIDA

Através do mapeamento dos dados pessoais, das operações de tratamento e das relações jurídicas de cada organização, as medidas ou procedimentos a implementar serão apenas aqueles que sejam considerados adequados, maximizando a eficiência dos recursos necessários.

SOLUÇÃO INTEGRADA

Articulação estruturada dos quatro vetores fundamentais do RGPD e da LPD (sujeitos, processos, tecnologias e normas), numa visão unitária da organização, servindo de agente de consciencialização e de mudança.

CONTROLO DE GESTÃO

Implementação de um sistema de controlo de gestão da proteção de dados que permita demonstrar a conformidade e a responsabilidade da organização.

Consulte mais informação em:
WWW.SGSDATA .PT

INSURANCE SMART SOLUTIONS

A indústria seguradora está hoje sob profunda disrupção. A pergunta que se coloca é se será a própria indústria a definir o seu destino ou se serão outros intervenientes a definir a agenda de transformação.

As Seguradoras terão de se preparar para, estando cada vez mais próximas do seu cliente, respeitar novas regras de defesa do consumidor, regras de concorrência e proteção de dados; o consumidor deve em paralelo estar preparado para confiar que facilidade, desburocratização, desmaterialização e contratação online não são sinónimo de ligeireza ou falta de seriedade na regulação do sinistro ou na contratação da apólice.

Assim, numa indústria de caráter complexo, a SGS disponibiliza a solução Insurance Smart Solutions, que consiste numa consultoria imparcial, em parceria com os nossos clientes, para apoiar na aquisição da melhor cobertura de seguros, à medida das suas necessidades, assim como o cumprimento da mesma no caso de sinistro. Através desta solução, a SGS disponibiliza a informação necessária para implementar as soluções mais adequadas à realidade da sua organização e com maior segurança na cobertura em caso de eventos.

As soluções estão inseridas em 3 fases críticas, sendo elas Diagnóstico, Otimização e Suporte.

A proposta de valor da SGS, através deste serviço, é proporcionar a defesa dos direitos e garantias de quem por via de acidente / sinistro pretende ver-se adequadamente ressarcido através do contrato de seguro existente.

Apenas técnicos treinados, dotados de elevado profissionalismo e transparência, conhecedores dos meandros de processos desta natureza, estão habilitados a desconstruir de forma cirúrgica a argumentação alegadamente erudita em ordem à intimidação do reclamante/lesado.

As soluções de seguros SGS não visam assumir o papel de advogado, ou de uma corretora de seguros, nem pretendem vender seguros. Pretendem sim, que os clientes contratem o seguro que precisam e que o mesmo responda, em caso de sinistro, de forma rigorosa, célere e transparente às suas necessidades. O nosso posicionamento no mercado é apoiar os clientes a realizarem o melhor contrato de seguro para os riscos a que estão expostos, quer de âmbito pessoal, profissional ou lúdico, mas também, garantir que os valores pagos pelas suas apólices de seguros cobram em exata medida os riscos que os mesmos contrataram na data da realização dos seus contratos.

ERNESTO MESQUITA
Business Developer
Grupo SGS Portugal

DIAGNÓSTICO

- Análise de histórico de ocorrências
- Avaliação independente de bens para efeitos de seguro
- Análise da cobertura

OTIMIZAÇÃO

- Elaboração do caderno de encargos

SUPORTE

- Peritagem independente de bens
- Quantificação de prejuízos

+EFICÁCIA

+SEGURANÇA
NA COBERTURA DO CAPITAL

REDUÇÃO ATÉ
30%
Nos custos através da correta adequação das coberturas ao risco

PERITAGEM INDEPENDENTE
NO APURAMENTO DE PREJUÍZO EFETIVO AQUANDO DA OCORRÊNCIA DE DANOS

A assessoria da SGS é independente, não havendo qualquer interesse comercial com a indústria seguradora, mediadores ou corretores.

AUDITORIAS SOCIAIS

A responsabilidade social pode ser entendida como um dos três pilares da sustentabilidade (social, ambiental e económico); Se qualquer um destes pilares falha, todo o sistema, como um todo, é posto em causa.

Assim, as questões relacionadas com a responsabilidade social devem estar no topo das preocupações das organizações uma vez que o seu sucesso depende, a longo prazo, tanto do seu desempenho económico como do social e ambiental.
A conduta e práticas laborais de fornecedores e respetivos subcontratados, no que diz respeito ao cumprimento das regras definidas não só pelos Códigos de Conduta dos clientes mas também pelas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), necessitam igualmente de ser verificadas e medidas.
As auditorias sociais dão resposta a esta necessidade uma vez que são a forma de verificar, medir, compreender, relatar e, finalmente, melhorar o desempenho social e ético da organização ajudando a reduzir as diferenças entre a sua política de responsabilidade social e a realidade.
Aumentar a transparência e melhorar os canais de comunicação, envolvendo tanto a gestão de topo como os trabalhadores, é também um dos benefícios destas auditorias.
Têm um impacto direto na gestão das organizações ao valorizar a voz das partes interessadas incluindo, não só os trabalhadores e respetivas minorias (religiosas ou étnicas, entre outras), grupos desprotegidos (como os emigrantes), e as organizações não governamentais, mas também clientes e fornecedores.
Promovem o desenvolvimento sustentável através da melhoria das condições de trabalho uma vez que as boas condições de trabalho permitem atrair clientes e marcas internacionais, manter os colaboradores, diminuir o risco de incumprimento legal, melhorar a gestão do risco, a qualidade e a organização interna.
Uma auditoria social pode ser iniciada por qualquer empresa que procura avaliar e/ou demonstrar a sua conformidade com legislação local no que diz respeito às suas práticas laborais.
Pode igualmente ser iniciada por um comprador para verificação da conformidade das práticas éticas do fornecedor no que diz respeito à sua relação com trabalhadores e subcontratados e extensão/grau de cumprimento do seu Código de Conduta na respetiva cadeia de abastecimento.
O Código de Conduta de uma organização compreende o conjunto dos princípios que definem o seu comportamento para com os colaboradores, fornecedores e subcontratados respeitando a deonto-

„As organizações dependem em grande parte das auditorias para conhecer a realidade das fábricas e locais de trabalho que produzem e fornecem os seus produtos."

logia do ramo em que atuam e os valores que permitem um correto desempenho da empresa na sociedade onde se encontra inserida. A maior parte dos Códigos de Conduta são muito semelhantes entre si e quase todos se baseiam nas Convenções da OIT.

Assim, tipicamente, durante as auditorias sociais é verificada a conformidade dos seguintes pontos: trabalho infantil, trabalho forçado, segurança e saúde ocupacional, liberdade de associação, emprego regular, salários e horas de trabalho.

Estes pontos podem ser combinados com outros requisitos específicos do Código de Conduta utilizado como base na auditoria, como por exemplo, ambiente e boas práticas de negócio.

Uma auditoria completa inclui uma visita ao local de trabalho, análise de procedimentos e registos, tais como salários e tempos de trabalho; as entrevistas privadas com trabalhadores da fábrica são também fundamentais nas auditorias sociais para além das entrevistas com os responsáveis da fábrica e supervisores.

A maior parte das organizações adota um processo de análise de risco para decidir quais os fornecedores que necessitam de ser auditados e de quanto em quanto tempo, sendo este processo parte do normal funcionamento da sua atividade de gestão de fornecedores.

Na decisão da periodicidade das auditorias é necessário ter em consideração que, apesar das auditorias permitirem muita informação, uma auditoria isolada raramente dá uma visão global da empresa auditada. As auditorias são mais eficazes quando relatórios de auditorias periódicas são analisados em conjunto para melhor compreensão do local de fabrico ao longo do tempo.

As organizações dependem em grande parte das auditorias para conhecer a realidade das fábricas e locais de trabalho que produzem e fornecem os seus produtos.

A crescente procura da melhoria do desempenho social indica também que no futuro se mantenha a necessidade de auditorias sociais dado o seu papel enquanto forma de avaliar este desempenho.

Assim, as auditorias são uma importante ferramenta no processo de gestão do risco da cadeia de abastecimento, sendo improvável que ocorra um diminuição desta necessidade num mercado cada vez mais global.

ANA OLIVEIRA
Responsável Técnica
Consumer and Retail Services
SGS Portugal

SGS LEGIS

A SGS, na sua missão pela conformidade e criação de valor nas organizações, disponibiliza um novo produto com vista a apoiar atuais e potenciais clientes no seu crescimento económico, controlo do risco, diferenciação e sustentabilidade do seu negócio – o SGS Legis.

O crescimento dos mercados e relacionamentos das organizações com os vários *stakeholders* têm levado não só a uma maior produção legislativa, bem como a uma maior exigência dos requisitos legais.

As organizações de sucesso, que se destacam no mercado, são aquelas que se mantém informadas e atendem à diversidade legislativa associada à sua atividade nas diversas vertentes: Produto/Serviço/Mercado, Segurança, Ambiente e Sociedade.

A responsabilidade e o dever das organizações de terem conhecimento dos requisitos legais não se restringe apenas ao nível dos requisitos que têm de assegurar diretamente (Legislação de aplicabilidade Direta), mas também aos requisitos que os seus fornecedores e clientes devem acautelar (Legislação de aplicabilidade Indireta e Informativa). Este conhecimento e consequente cumprimento devem ser assegurados por todos de forma a garantir que na cadeia de fornecimento não existem quebras e que o desenvolvimento de uma cultura responsável deve ir mesmo além do mero cumprimento legal.
Só desta forma será possível garantir a sustentabilidade de todos os operadores hoje e amanhã.

No SGS Legis temos reunidas todas as condições para um serviço de excelência aos nossos clientes, capaz de dar resposta aos desafios da pressão da sustentabilidade na cadeia de fornecimento: profissionalismo e competência aliados às novas tecnologias.

Benefícios

- Acesso permanente a legislação e fácil consulta;
- Acesso imediato à cronologia de cada diploma;
- Alertas dos novos diplomas publicados;
- Acesso a pareceres técnico-legais;
- Análise de Aplicabilidade dos requisitos legais;
- Avaliação da Conformidade Legal;
- Definição de Planos de Ação.

Âmbitos

- Segurança e Saúde no Trabalho
- Ambiente e Energia
- Proteção de Dados Pessoais
- Floresta, Agricultura, Pesca e Produção Animal
- Indústria Alimentar
- Turismo, Hotelaria e Restauração
- Produtos de Consumo
- Indústria Automóvel
- Indústria Têxtil e do Calçado

O caminho de crescimento do SGS Legis está traçado!
Queremos oferecer um maior número de âmbitos aos nossos clientes, uma maior informatização, assim como uma maior abrangência em termos geográficos. Temos como objetivo a inclusão da legislação aplicável a outros países – internacionalização - em concreto, os países com os quais Portugal tem um maior fluxo comercial de exportações.

A RESPOSTA ÀS 5 PERGUNTAS DE OURO:

O QUE É?

O SGS *Legis* é um serviço de Gestão de Legislação, nacional e comunitária, aplicável a cada organização, tendo por base uma plataforma informática, intuitiva e simples, desenvolvida pela SGS.
É um serviço de gestão de informação personalizado e dedicado às necessidades específicas de cada organização.

PORQUÊ?

Com o SGS *Legis* assegurará uma gestão eficiente e eficaz da legislação que se aplica ao seu negócio. Consequentemente, obterá melhorias ao nível da sua capacidade de resposta, por identificação atempada de novas oportunidades e pronta atuação face às novas exigências legais, eliminando o risco para o seu negócio de coimas/penalizações/imagem por desconhecimento de nova legislação publicada. Conseguirá igualmente uma otimização dos recursos alocados a este processo, permitindo-lhe um maior foco nos aspetos chave do negócio e assegurando a manutenção da integridade do(s) seus(s) Sistema(s) de Gestão.

PARA QUEM?

O SGS *Legis* destina-se a qualquer tipo de Organização e setor de atividade, enquadrada nos âmbitos desenvolvidos.

COMO?

A nossa metodologia é aplicada a cada organização de forma personalizada, de acordo com os requisitos e necessidades específicas de cada uma. Para o efeito, a SGS *Legis* disponibiliza diferentes âmbitos e níveis de serviço.

O SGS *Legis* proporciona 3 níveis de serviço (Silver, Gold e Platinum), garantindo a cada Organização os benefícios que pretenda usufruir.

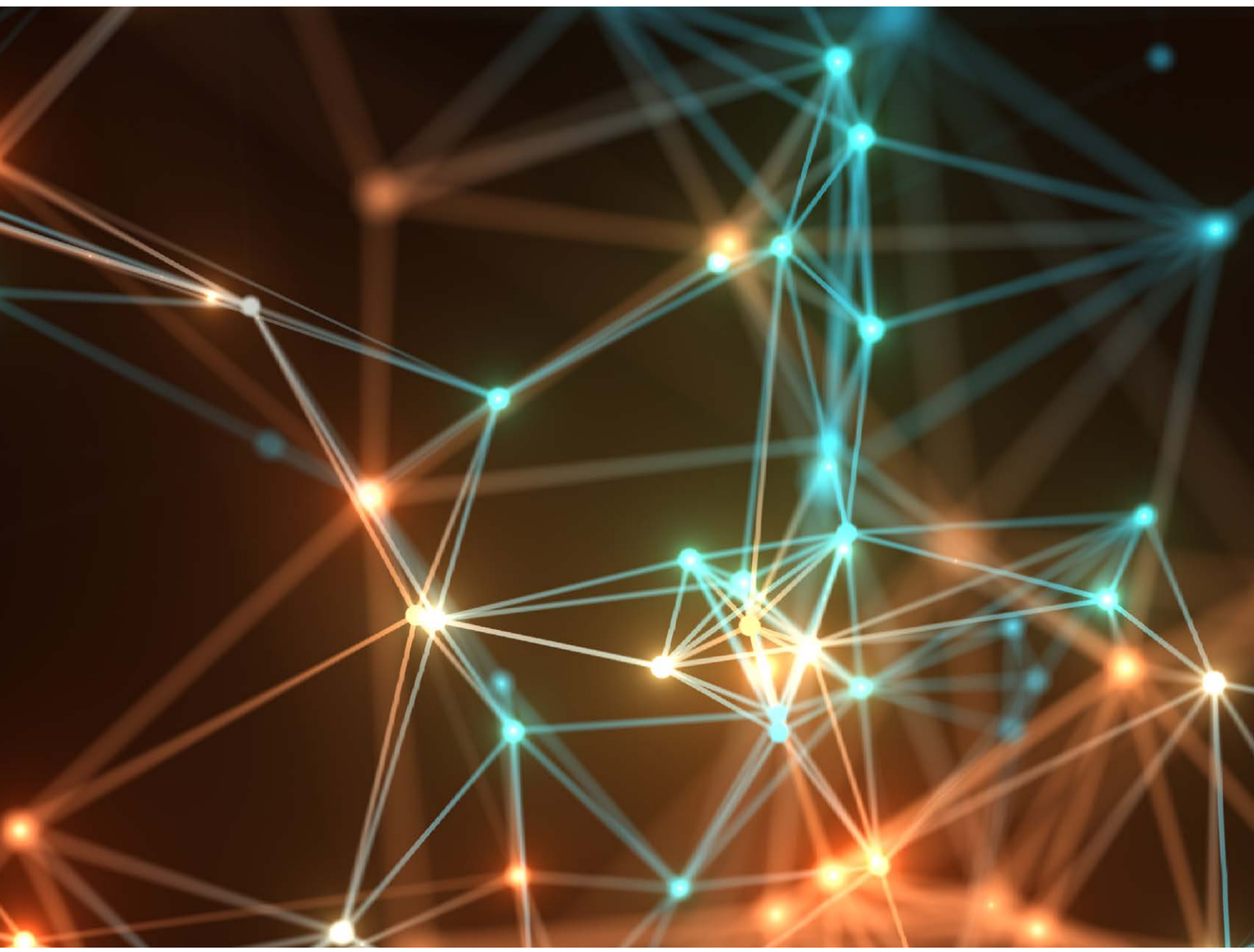
No SGS *Legis* a legislação é classificada em temas e sub-temas, relacionados com temáticas relevantes dos diversos âmbitos, permitindo uma identificação e consulta imediata dos diplomas por essas temáticas.

A análise da nova legislação publicada é efetuada numa base diária por uma equipa multidisciplinar de juristas e técnicos especialistas nos diversos âmbitos.

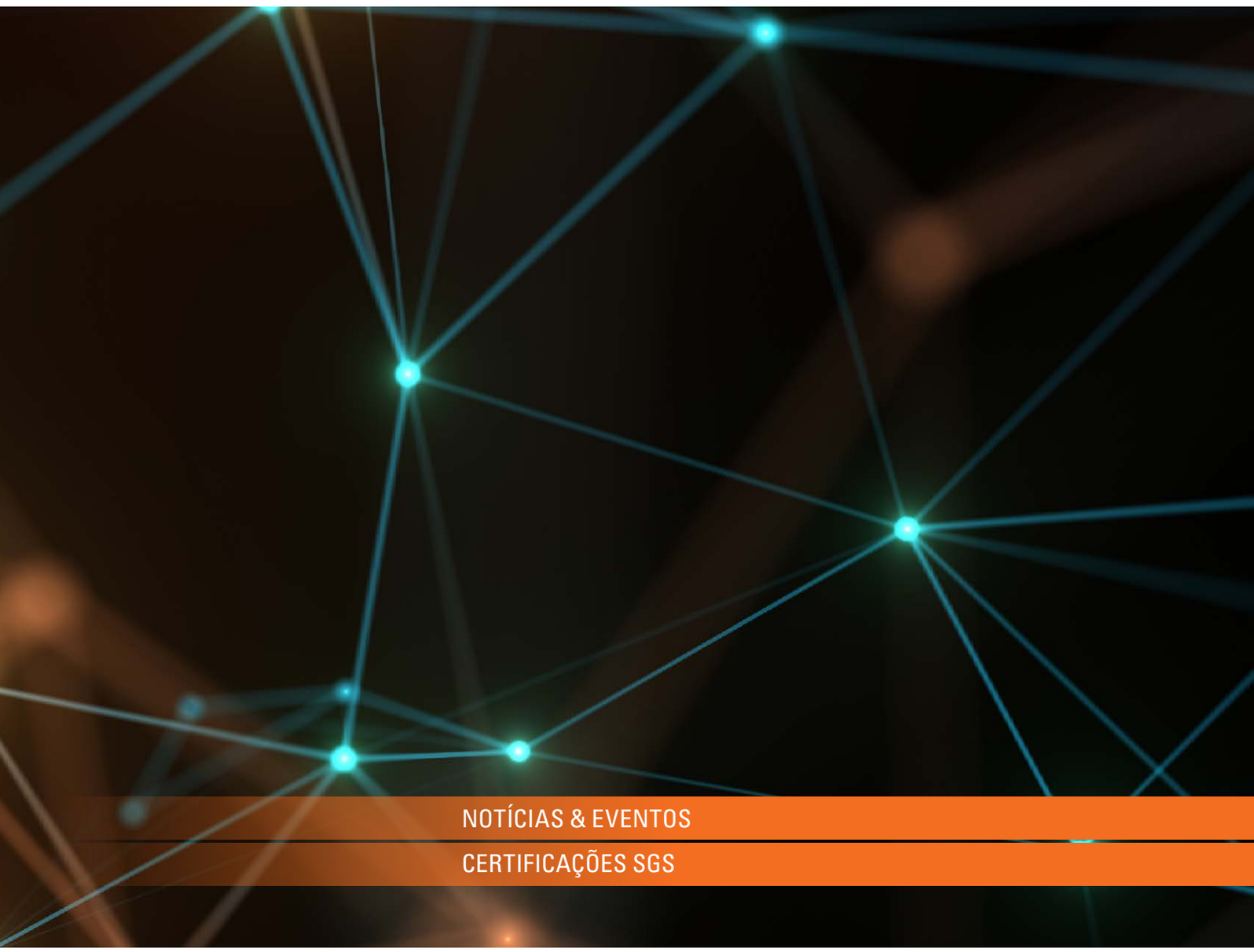
PORQUÊ A SGS?

A SGS é líder mundial em inspeção, verificação, testes, formação e certificação. Somos reconhecidos como referência mundial em qualidade e integridade. Com mais de 90 000 colaboradores, operamos numa rede com mais de 2000 escritórios e laboratórios em todo o mundo.
Trabalhar com a SGS significa:

- Grande experiência e conhecimento efetivo do setor alimentar;
- Rede mundial de laboratórios acreditados e partilha de know-how internacional;
- Reconhecimento mundial das Marcas SGS;
- Técnicos especializados com disponibilidade total;
- Acompanhamento e disponibilidade constantes;
- Atendimento personalizado e soluções idealizadas à medida da sua Organização;
- Procedimentos rápidos e eficientes, assegurando processos expeditos.



NETWORKING



NOTÍCIAS & EVENTOS

CERTIFICAÇÕES SGS

NOTÍCIAS & EVENTOS
EM PORTUGAL

CERIMÓNIA DE ENTREGA DE CERTIFICADO AO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

VILA NOVA DE FAMALICÃO |3 de MARÇO 2017

O Balcão Único de Atendimento do Município de Vila Nova de Famalicão recebeu o certificado de conformidade dos serviços de atendimento ao público pela norma internacional ISO 9001.

A SGS entregou o certificado ao presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Paulo Cunha, reconhecendo assim a excelência dos serviços prestados. O Balcão Único de Atendimento está ativo desde novembro de 2015, nos Paços do Concelho, e reúne os serviços administrativos, ambiente, urbanismo, habitação, recursos humanos, jurídico, Espaço Cidadão, entre outros, num só local.

TALKFEST'17 – ESTUDO SUSTENTABILIDADE

LISBOA |9 de MARÇO 2017

A SGS Portugal, em parceria com a Associação Portuguesa de Festivais de Música (APORFEST), desenvolveu o estudo "Sustentabilidade nos Festivais de Música – Análise de casos em Portugal", onde foram identificadas tendências, falhas e pontos de melhoria a nível ambiental, social e económico em quatro festivais portugueses.
Os principais objetivos da investigação foram monitorizar os eventos, caracterizar a situação existente, dar uma reposta adequada e incentivar à melhoria contínua.
O estudo foi apresentado pela SGS Portugal, no dia 9 de março, na 6.ª edição do Talkfest- International Music Festivals Forum, que se realizou no Museu das Comunicações e MusicBox, em Lisboa.

CERIMÓNIA DE ENTREGA DE CERTIFICADO 6DIAS TÊXTEIS

PORTO | 21 DE ABRIL 2017

A empresa 6Dias - Têxteis Internacionais, acaba de ver o seu Sistema de Gestão da Qualidade ser certificado pela SGS Portugal segundo a norma ISO 9001:2015.
A 6Dias optou pela certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com a ISO 9001:2015, como uma resposta à necessidade crescente das organizações se manterem competitivas para terem acesso a novos mercados nacionais e internacionais. A administração da empresa mostra-se confiante, referindo que "a certificação irá favorecer a organização interna da empresa, a sua imagem e o reconhecimento externo das partes interessadas, contribuindo para aumentar os níveis de satisfação dos atuais clientes, atrair potenciais parceiros económicos e melhorar os seus resultados comerciais".

CERIMÓNIA DE ENTREGA DE CERTIFICADO CRUZ VERMELHA PORTUGUESA

BRAGA | 8 DE MAIO 2017

O certificado ISO9001:2015 foi entregue pela SGS Portugal à Cruz Vermelha de Braga. Armando Osório, Presidente desta Delegação, explicou que a existência de 17 valências na delegação não facilitou o processo, mas também não constituiu um impedimento para ir ao encontro de procedimentos que satisfizessem as exigências inerentes à certificação.
O responsável da gestão ainda agradeceu a toda a equipa o esforço para alcançar este objetivo, que a todos responsabiliza e orgulha.

CICLO DE SEMINÁRIOS TRANSIÇÃO DAS NORMAS 9001 E 14001

PORTO, COIMBRA E LISBOA | 18, 24 E 25 DE MAIO 2017

A SGS Portugal promoveu três sessões do Seminário "Ilustrar a Transição para a ISO 9001: 2015 e ISO 14001:2015, que decorreram no Porto, em Coimbra e Lisboa. Organizado em parceria com a Câmara Municipal do Porto, com a Câmara do Comércio e Indústria do Centro e com o Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, este ciclo teve como principais objetivos abordar os novos conceitos da versão das normas ISO 9001:2015 – Sistemas de Gestão da Qualidade e da ISO 14001:2015 – Sistemas de Gestão Ambiental e analisar os novos mecanismos de gestão despoletados pelos novos requisitos destas normas. Para discutir estas questões e ilustrar de que forma as organizações podem dar resposta à transição, o seminário contou com a presença de um painel de oradores especialistas em estratégia, sistemas de gestão, liderança e desenvolvimento de negócio. As sessões foram um sucesso, tendo sido superadas as expectativas em termos do número de participantes que, no total, foram cerca de 1000. Estiveram no seminário representantes de inúmeras organizações dos mais variados setores de atividade que consideraram o seminário bastante pertinente e útil para prepararem a sua transição, não só pela variedade dos conteúdos, mas também pela qualidade do painel dos oradores.

8.ª EDIÇÃO SEMINÁRIO ACICO

TOMAR | 22 DE JUNHO 2017

A SGS apoiou a iniciativa da ACICO que promoveu a 8.ª edição do seminário anual subordinado aos temas: "O mercado de cereais e oleaginosas na campanha 2017/2018" e "Novas tendências de consumo".

O Seminário, que decorreu dia 22 de Junho, em Tomar, contou com uma primeira parte assegurada por membros das mesas de "*trading*" das principais empresas do setor associadas da ACICO e uma segunda parte assegurada por oradores oriundos das áreas das grandes marcas alimentares, da distribuição e da agro-indústria / importação.

CICLO DE SEMINÁRIOS TERRORISMO E FRAUDE ALIMENTAR

VILA NOVA DE FAMALICÃO E LISBOA | 4 E 5 DE JULHO 2017

A SGS Portugal promoveu duas sessões do Seminário "Terrorismo e Fraude Alimentar", que decorreram em Lisboa e em Vila Nova de Famalicão.

Centrado na defesa alimentar, este evento abordou vários aspetos desta temática como as vulnerabilidades do setor alimentar, a certificação do produto e as medidas que podem ser tomadas para reduzir o risco de adulteração dos alimentos.

PORTO WATER INNOVATION WEEK

PORTO | 27 DE SETEMBRO 2017

A SGS marcou presença no maior evento sobre a água realizado em Portugal. Decorrido no Porto, o certame contou com 900 inscritos, entre estes cientistas, especialistas de todas as áreas e consultores, provenientes de seis dezenas de países dos cinco continentes, e ainda quase uma centena de empresas da fileira da água.

NOTÍCIAS & EVENTOS
EM PORTUGAL

ADVENTURE DAY
ODEMIRA | 30 DE SETEMBRO

Todos os anos a SGS Portugal promove um evento interno que reúne todos os colaboradores durante dois dias. Em 2017, este evento decorreu no Zmar, em Odemira, onde o espaço e o bom tempo proporcionaram atividades de *teambuilding* ao ar livre, contando ainda com o *Haka* personalizado da SGS!

11.ª EDIÇÃO JORNADAS DE FM
PORTO | 15 DE NOVEMBRO 2017

A SGS marcou presença na 11.ª Edição das Jornadas de FM. O evento, promovido pela APFM – Associação Portuguesa de Facility Management, decorreu no dia 15 de Novembro, no Fórum Tecnológico de Lisboa e juntou no mesmo espaço especialistas das áreas da Gestão do Património, Instalações, Compras e Manutenção, nacionais e internacionais.

42.º COLÓQUIO DA QUALIDADE
LISBOA | 16 DE NOVEMBRO 2017

A SGS marcou presença no 42.º Colóquio da Qualidade, nos dias 16 e 17 de novembro, no Centro Ismaili, em Lisboa. O Colóquio da Qualidade é o principal evento anual da APQ e é reconhecido, a nível nacional, como sendo o mais importante organizado em torno das temáticas da Qualidade e da Excelência organizacional.

CERIMÓNIA DE ENTREGA DE CERTIFICADO SECÇÃO REGIONAL DO NORTE DA ORDEM DOS MÉDICOS
PORTO | 23 DE NOVEMBRO 2017

Decorreu no dia 23 de Novembro, nas instalações da Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos a cerimónia de entrega do Certificado da Qualidade segundo a Norma NP EN ISO 9001:2015. A implementação na SRNOM foi um processo iniciado há vários anos, realizado de forma sustentada e abrangente a todos os serviços, como garante de um funcionamento alicerçado em boas práticas de gestão.

CERIMÓNIA DE ENTREGA DE CERTIFICADO INL
BRAGA | 24 DE NOVEMBRO 2017

O Sistema de Gestão de Qualidade do INL – Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia, foi certificado pela SGS, segundo a ISO 9001:2015.
Este laboratório, situado em Braga, realiza pesquisa interdisciplinar assim como o desenvolvimento de Nanotecnologia, para o benefício da sociedade. O INL visa ser o primeiro centro mundial para nanotecnologia dedicado aos grandes desafios sociais.
A entrega formal do certificado ocorreu no passado dia 24 de novembro, nas suas instalações, contando com a presença de Nuno Lourinho, Branch Manager da delegação SGS Minho. Para o Diretor-Geral do INL, Lars Montelius, "A certificação internacional representa o garante da qualidade do nosso trabalho para os nossos parceiros e potenciais parceiros. Mais importante que o resultado, foi a reflexão que suscitou sobre a nossa forma de trabalhar".

NOVAS CERTIFICAÇÕES SGS

DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

ISO 9001 - QUALIDADE

CPURB CONSULTORIA E PERITAGENS UNIPESSOAL LDA
URA TECNOLOGIAS DE VIAGENS, UNIPESSOAL LDA.
VITOR ALEXANDRE NORA COSTA, UNIPESSOAL, LDA
LOULÉ CONCELHO GLOBAL, EM, UNIPESSOAL, S.A.
SELMATRON, S.A.
TEIXEIRA & SOUSA GUIMARÃES - SOCIEDADE DE ADVOGADOS, RL
METALOMARÃO - EQUIPAMENTOS PARA A INDÚSTRIA EXTRATIVA, S.A.
MANVIA – MANUT. E EXPLORAÇÃO DE INST. E CONSTRUÇÃO, S.A, SUCURSAL EN ESPANA
SOLARCA (PORTUGAL), UNIPESSOAL, LDA
MWS - MASTER WELDING SOLUTIONS, LDA
CENTRO HOSPITALAR LISBOA NORTE, EPE
CADEINOR – MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO INTEGRADO, LDA.
DUTEC - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, LDA
LOARTRANS - TRANSPORTES LDA
AZORIS HOTÉIS, S.A.
AZORIS ANGRA GARDEN, S.A.
AZORIS FAIAL GARDEN, S.A.
SARL TRANSPORTS JOAO PIRES
TRANSPORTES JOÃO PIRES S.A.
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PORTIMÃO
PEDRO FERREIRA & ALMEIDA FERREIRA - ENGENHARIA, LDA
MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO
ALABAMA - INDÚSTRIA DE CALÇADO, S.A.
S T A P - REPARAÇÃO CONSOLIDAÇÃO E MODIFICAÇÃO DE ESTRUTURAS SA
SALVADOR ALVES PEREIRA & FILHOS, LDA
EMPRESA TRANSPORTES COURENSE LDA
AUTO VIAÇÃO MELGAÇO LDA
NSE - CONSULTORES DE ENGENHARIA, LDA.
6DIAS - TÊXTEIS INTERNACIONAIS, LDA
FORTISSUE - PRODUÇÃO DE PAPEL, S.A.
LAVENCLEAN - LAVANDARIA, ENGOMADORIA E SERVIÇOS DE LIMPEZA, LDA
AZUL PREDICADO, LDA
CADOVA - COOP. AGRÍCOLA DO VALE DE ARRAIOLOS, C.R.L.
ANYWIND - ENERGIAS RENOVÁVEIS, LDA
LUÍS ALBERTO MARTINS FIGUEIREDO
GLOWOOD - INDÚSTRIA, S.A.
CLÍNICA MÉDICO-DENTÁRIA DA PRELADA, LDA
PROMAN - CENTRO DE ESTUDOS E PROJECTOS, S.A.
ESTIALIVING - RESIDÊNCIA DE VIANA, S.A.
PLASVIP LDA
CRUZ VERMELHA PORTUGUESA
INSTITUTO NACIONAL DE PETRÓLEOS
DISPLAX, S.A.
JUNTA DE FREGUESIA DE ALGUEIRÃO MEM MARTINS
AMPLIETAPA ANTICORROSÃO, UNIPESSOAL, LDA
EGITRON ENGENHARIA E AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LDA
AMADEU FERREIRA DA SILVA, LDA
JOSÉ FRANCISCO COSTA CRUZ & FILHOS, LDA
MISTOLIN PROFISSIONAL, S.A.
TECFIL - TÉCNICA FABRICO DE FIOS, S.A.
FABRICA DE EXPLOSIVOS MOÇAMBIQUE, LDA.
TIM WE - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES MÓVEIS E AFINS, S.A.
SILSA CONFECÇÕES, S.A.
ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE FERREL
ELIOTER-PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LDA
TECNOLAME, LDA.
FILÁGUEDA, LDA
FRINUNO - EQUIPAMENTOS HOTELEIROS E DE REFRIGERAÇÃO, LDA
C4G - CONSULTING AND TRAINING NETWORK, LDA
DELLENT CONSULTING, LDA
TRANSMARTINS - TRANSPORTES DE MERCADORIAS LDA
FREGUESIA DE PEDROSO E SEIXEZELO
TINTEX - TEXTILES, S.A.
DOUTOR MERINO CLÍNICA MÉDICA LDA
HELIAVIONICSLAB UNIPESSOAL LDA
RANDSTAD II - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, LDA
ROLIBÉRICA, LDA
MASSISTANCE, LDA
AASMVAZ-REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS NA ÁREA DOS TRANSPORTES, LDA.
JMS–PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, ACE
RDL RODOVIÁRIA DO LIS, LDA
ARCLASSE, SERVIÇO TOTAL DE CLIMATIZAÇÃO, SA.
PERICOFRAGENS, LDA.
ELECTROCELOS SISTEMAS AUTOMATIZADOS E COMUNICAÇÕES DE BARCELOS SA
E T G EMPRESA TRANSPORTES E GESTAO SA
NÚMERO SENSAÇÃO, LDA
ESTEC - ENGENHARIA E GESTÃO DE SOLUÇÕES TÉCNICAS, LDA
ACH. BRITO & CIA., LDA.
SABOARIA E PERFUMARIA CONFIANCA SARL
CONFECÇÕES CUNHA & RIBEIRO, LDA
BARROS & ALEXANDRE, LDA.
CENTRO HOSPITALAR LISBOA NORTE, EPE
ETAPAS D'AVENTURA - SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LDA
CONSTRUTORA ESTRADAS DO DOURO 3 , LDA
BRUMA EUROPA, LDA
CLÍNICA DE SERVIÇOS DENTÁRIOS DR. CAUTELA, LDA
EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.
FADIPOL FABRICA DE DISCOS E SABÕES DE POLIR LDA
EAGLE DECADE FÁBRICA DE DISCOS DE POLIR, LDA
ROTAÇÃO ALFA, LDA
SIMÕES, LDA
VTM - CONSULTORES EM ENGENHARIA E PLANEAMENTO, LDA
CENTRO HOSPITALAR DO OESTE
RIVIERATUR, VIAGENS E TURISMO, LDA
CAPTEMP, LDA
AVISABOR - INDÚSTRIA AGRO-ALIMENTAR, S.A.
GRUPO MIERES ANGOLA, LDA
VAC MINERAIS, S.A.
VITALIANO ADRIÃO CASINHAS, LDA
VECTORCLASSE GABINETE DE APOIO À EMPRESA, UNIPESSOAL, LDA
EXCENTRIKVETOR, LDA
GREAT ENERGY - GESTÃO DE PROJECTOS DE ENGENHARIA, LDA
PROGRESSAXIAL, LDA
TEXTEIS LEIPER, LDA.
VITOR SAMUEL E MARTINS LDA
TOFA PRODUTOS ALIMENTARES E DE CONFEITARIA
SPORTS PARTNER DISTRIBUIÇÃO E FABRICO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS LDA
LEUK SOLUTIONS, UNIPESSOAL LDA
PORTO ALTO RAÇÕES PARA ANIMAIS, C.R.L.
ADVANCINGTO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E GESTÃO, LDA
DANESTI - ALIMENTAÇÃO, LDA
YESOLS, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA
EURO SEPARADORA-GESTÃO DE RESÍDUOS, LDA.
TECIMPLÁS - INDUSTRIA DE PLÁSTICOS DE AVEIRO, LDA
N.DUARTE, UNIPESSOAL, LDA
INCOTRANS-TRANSITARIOS, LDA.
SHAR, S.A.
CRJR - CONSTRUÇÃO E CONSULTORIA, LDA
ASSOCIAÇÃO DO CENTRO SOCIAL DE ESCAPÃES
CARTONAGENS VILA VERDE, LDA
OITO EM PONTO, S.A.
ASSOCIAÇÃO PARA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO DO MONTIJO
CUBOSDALGODÃO, LDA
BIGBRAND - PUBLICIDADE, LDA
RANATRANS - TRANSITÁRIOS, S.A.
AFICOR - FERRAMENTAS DE CORTE, LDA
A.W.T. - METAL, LDA
CRONOSAUDE GESTÃO HOSPITALAR SA
INTERHIGIENE - INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LDA
MANUEL VIEIRA & CA.(IRMÃO), SUCESSORES., LDA
MARINHO OLIVEIRA, LDA. (JOVAL)
ILUMINAÇÕES TEIXEIRA COUTO, LDA
OLANO PORTUGAL, TRANSPORTES, SA
OLANO LOGÍSTICA DE FRIO, LDA
ZED - RESTAURAÇÃO E HOTELARIA, LDA
INFOBLUE – SERVIÇOS DE CONSULTORIA E INFORMÁTICA, LDA
EAA ESCOLA AVIACAO AEROCONDOR SA
CAIMINOX - METALURGICA DO CAIMA, S.A.
ANGELO COIMBRA, S.A.
FESTIVO COMEÇO, S.A.
CONSERCALDAS PRODUTOS ALIMENTARES, LDA
CAMPOAVES - AVES DO CAMPO, S.A.
MARTOS & COMPANHIA, LDA.
SIMDOURO - SANEAMENTO DO GRANDE PORTO, S.A.
MUNICIPIO DA AMADORA
AHLERS, LINDLEY, LDA
CARBO SL, UNIPESSOAL, LDA
DGP MOLDES, UNIPESSOAL, LDA
LABORATÓRIO IBÉRICO INTERNACIONAL DE NANOTECNOLOGIA LIN
MAGOFLOR - JARDINS DO MAGOITO LDA
ASSISLIFT – MANUTENÇÃO DE ELEVADORES, LDA
VIATA - SERVIÇOS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, S.A.
GÉNESIS ASCENSORES, LDA
FERRIMEX - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS, UNIPESSOAL, LDA
AGUAS DO DOURO E PAIVA SA
TUPAI - FÁBRICA ACESSÓRIOS INDÚSTRIAIS, LDA.
HOSPITAL TERRA QUENTE, S.A.
FAIANÇAS ARTISTICAS BORDALO PINHEIRO, S.A
VICENTE FARIA - VINHOS, LDA
ORDEM MEDICOS
SOC FUNDICAO INJECTADA MACEIRA LDA
CERTLIFT LIFTING SERVICES
3G RESINS, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA
MOVITROM - MANUTENÇÃO E SISTEMAS DE ENERGIA, LDA
RIBEIRO CARMO E SILVA LDA
KAWLALON - UNIPESSOAL LDA
J H ORNELAS E COMPANHIA SUCESSORES LDA
MARFRETE AÇORES - TRANSITARIOS E NAVEGAÇÃO LDA
E.FERREIRA DUQUE, LDA
PREFABE - SOCIEDADE DE PRE-FABRICADOS DE CIMENTO, S.A.
NESTLÉ PORTUGAL, SA
BPMR - PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO UNIPESSOAL LDA
FUNDIFÁS - FUNDIÇÃO INJETADA, LDA
F.D.G. FIAÇÃO DA GRAÇA, SA
ASSOCIAÇÃO SOCIAL DE AVELÃS DE CAMINHO
J H ORNELAS E COMPANHIA SUCESSORES LDA
ZMWAY, LDA
PETROAÇORES - PRODUTOS PETROLIFEROS DOS AÇORES S A
KNOWJOB-RECURSOS HUMANOS EMPRESA DE TRABALHO TEMPO. LDA (ZONA FRANCA DA MADEIRA)
LUSOFRANCE - EMPRESA DE TRABALHO TEMPORÁRIO, S.A. (ZONA FRANCA DA MADEIRA)
SARL SOTRATEL FRANCE
SARL PONCTUEL
PIUBELE-CONFECÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO, S.A.
ANTÓNIO VIEGAS GUERREIRO S.A.
ARTIPOL - ARTES TIPOGRÁFICAS, LDA
FAMEX - COMERCIO INDUSTRIA EQUIP. HOTELEIRO, LDA.
TECNOMASP, LDA
PROM BEAUTY, LDA
CARLOS SILVA - MOLDES, UNIPESSOAL, LDA
DIFERENTEFEITO, UNIPESSOAL, LDA.
FORMEFEITOS–COMÉRCIO DE MOBILIÁRIO E DECORAÇÃO,LDA
ROSTOS ATIVOS - MANUTENÇÃO E SERVIÇOS, LDA
PAPER PRIME, S.A.
F.P. & PINTO, LDA
CARPIDEIA, S.A.
GREENMED, LDA
TSWATERJET LDA
NORMOLDE 2 - ENGENHARIA E PROJETO DE MOLDES, LDA
SANDRE NATA, LDA
LIFIAL INDUSTRIA METALURGICA AGUEDA, LDA
BLUECLINICAL - INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM SAÚDE, LDA

ISO 14001 - AMBIENTE

LOULÉ CONCELHO GLOBAL, EM, UNIPESSOAL, S.A.
MANVIA – Manut. e Exploração de Inst. e Construção, S.A, SUCURSAL EN Espana
SOLARCA (PORTUGAL), UNIPESSOAL, LDA
CADEINOR – MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO INTEGRADO, LDA.
AZORIS HOTÉIS, S.A.
RACENTRO-FABRICA DE RAÇÕES DO CENTRO, SA
H S A R A H TRADING UNIPESSOAL LDA
EDA-Estofagem de Assentos Unipessoal, Lda
FORTISSUE - PRODUÇÃO DE PAPEL, S.A.
ANYWIND - ENERGIAS RENOVÁVEIS, LDA
UEM - Unidade de Estruturas Metálicas, S.A.
TECNORÉM - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.
TINTEX - TEXTILES, S.A.
MAXIVIDRO, S.A.
Tofa Produtos Alimentares e de Confeitaria
ESTEC - ENGENHARIA E GESTÃO DE SOLUÇÕES TÉCNICAS, LDA
MONLIZ PRODUTOS ALIMENTARES MONDEGO E LIZ SA
PLASOESTE SOC TRANSFORMADORA PLASTICOS LDA
EURO SEPARADORA-GESTÃO DE RESÍDUOS, LDA.
MANUEL VIEIRA & CA.(IRMÃO), SUCESSORES., LDA
CARTIG-CARTÃO E ARTIGOS PARA EMBALAGEM, LDA.
POLITILE - INDÚSTRIA CERÂMICA S.A.
MUNICIPIO DE GUIMARÃES
K-LOG, LOGISTICA, S.A.
SIMDOURO - SANEAMENTO DO GRANDE PORTO, S.A.
EUTELSAT MADEIRA UNIPESSOAL LDA ZONA

FRANCA DA MADEIRA
Águas do Douro e Paiva SA
Tupai - Fábrica Acessórios Indústriais, Lda.
MUNICIPIO PORTO
J H Ornelas e Companhia Sucessores Lda
RENAULT CACIA, S.A.
BUGGYPOWER PORTUGAL - GESTÃO E PRODUÇÃO DE BIOMASSA LDA
BRAGMAIA - SOCIEDADE TRANSFORMAÇÃO DE FERRO S.A
WAVECOM - SOLUÇÕES RADIO SA
MAIALIMPA LIMPEZAS MAN. E COM. DE PROD. CONEXOS LDA

OHSAS 18001 / NP 4397 - SEGURANÇA

MANVIA – Manut. e Exploração de Inst. e Construção, S.A, SUCURSAL EN Espana
SOLARCA (PORTUGAL), UNIPESSOAL, LDA
LUSIAVES - INDUSTRIA E COMÉRCIO AGRO-ALIMENTAR, SA
RACENTRO-FABRICA DE RAÇÕES DO CENTRO, SA
S T A P - REPARAÇÃO CONSOLIDAÇÃO E MODIFICAÇÃO DE ESTRUTURAS SA
ANYWIND - ENERGIAS RENOVÁVEIS, LDA
RETAIL CONCEPT, S.A.
UEM - Unidade de Estruturas Metálicas, S.A.
TECNORÉM - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.
YKK PORTUGAL ACESSORIOS PARA VESTUARIO LDA
Tofa Produtos Alimentares e de Confeitaria
EURO SEPARADORA-GESTÃO DE RESÍDUOS, LDA.
VALINOX - INDÚSTRIAS METALOMECÂNICAS, S.A
K-LOG, LOGISTICA, S.A.
SIMDOURO - SANEAMENTO DO GRANDE PORTO, S.A.
Aguas do Douro e Paiva SA
KAWLALON - UNIPESSOAL LDA
Nestlé Portugal, SA
RETAIL CONCEPT, S.A.
J H Ornelas e Companhia Sucessores Lda
MAIALIMPA LIMPEZAS MAN. E COM. DE PROD. CONEXOS LDA

AUDITORIAS 2.ª PARTE

FACTOR CHAVE - DESIGN, COMUNICAÇÃO E IMAGEM LDA
VERTENTE NATURAL - ACTIVIDADES ECOLÓGICAS E CULTURAIS, LDA
Inside Tours Lda
YTRAVEL LDA
MUNDICONVENIUS SOC DE CONGRESSOS E SERVIÇOS LDA
TURAVENTUR – AVENTURA E TURISMO LDA
CTT - Correios de Portugal, S.A.

BRC - GLOBAL STANDARDS - FOOD

MEATRADING, LDA
DEROVO, DERIVADOS DE OVOS, S.A.
BARÃO DE VILAR, VINHOS SA
FRIJOBEL - INDÚSTRIA E COMÉRCIO ALIMENTAR, SA.
FERREIRA DA SILVA - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, S.A.
BRIOSA - CONSERVAS DE PESCADO, LDA.
JUSTINO'S MADEIRA WINES SA

BRC - STORAGE & DISTRIBUTION

BRITES & BRITES - TRANSPORTES DE ALUGUER UNIPESSOAL LDA

COMMUNITY GUIDE TO GOOD TRADING PRACTICE (GTP)

TCGL - Terminal Carga Geral e Graneis de Leixões, S. A.
EMPRESA de TRAFEGO e ESTIVA, S.A.

EMAS

COFICAB PORTUGAL, LDA.

EN 1090-1:2009 + A1:2011

F615001 SGS CSTC STANDARDS TECHNICAL SERVICES LTD
F615001 SGS CSTC STANDARDS TECHNICAL SERVICES LTD
Jiangyin Wanlianchang Flange Punching Parts Co., Ltd
CITIC Heavy Industries Co., Ltd
F615001 SGS CSTC STANDARDS TECHNICAL SERVICES LTD
UTILPERFIL - Indúst. Perfis e Metalomecânica, Lda.
Gurit Tooling (Taicang)., Ltd
FERREIRINHOS - Construções Metálicas, S.A.
F615001 SGS CSTC STANDARDS TECHNICAL SERVICES LTD
ELECTROFER - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.
CHIEFNEW (Nantong) Heavy Industry Co., Ltd
F615001 SGS CSTC STANDARDS TECHNICAL SERVICES LTD
Suzhou East Steel Tower CO., LTD
QUANTAL, S.A.

PRODUTO INDUSTRIAL

Gastrade Soc. de Representações, Lda
ANTOBETÃO-BETÃO PRONTO, S.A.
VOUGACOR-PRODUTOS SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA, LDA.
FARCIMAR - SOLUÇÕES EM PRE-FABRICADOS DE BETÃO SA.
VARELA & CIA, LDA.

PRODUTO ALIMENTAR

LACTOGAL Produtos Alimentares, SA
MASSIMO ZANETTI BEVERAGE IBERIA, S.A.

ENPLUS

GLOWOOD - INDÚSTRIA, S.A.
MELPELLETS, LDA
TRANSNIL - INDUSTRIAS, LDA
NUTRIAGUIAR - INDÚSTRIA DE SUBSTRATOS, LDA
EUROSOV, UNIPESSOAL, LDA

FSC - CADEIA DE RESPONSABILIDADE

CICOMOL - S A
Eikon Centro Gráfico SA
RENOVA - Fábrica de Papel do Almonda, S.A.
PRESS CÁVADO - ARTES GRÁFICAS, UNIPESSOAL, LDA
GRÁFICA NASCENTE - ARTES GRÁFICAS LDA
DOMINGOS PINTO E FILHOS LDA
CARBORODRIGUES - COMERCIO DE CARVÃO E LENHAS, UNIPESSOAL, LDA
Bestgraf Etiquetas, Lda

FSSC 22000 MANUFACTURING - ISO 22002-1:2009 (22003:2007)

CARNES LANDEIRO, S.A.
CONFEITARIA VALE, LDA
BICAFÉ - Torrefacção e Comércio de Café, Lda.
SITECNA- SOLUÇÕES TÉCNICAS E DE EMBALAGEM, S.A.
Tofa Produtos Alimentares e de Confeitaria
Xarão - Companhia Portuguesa de Licores, Lda.

GLOBALG.A.P. - PRODUTO ALIMENTAR

FLORISUL 2 PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE FLORES E PRODUTOS AGRICOLAS LDA
RITA ANDRE ALVES MARTINS
Minikiwi Farm, Lda

HACCP - CODEX ALIMENTARIUS

AZORIS HOTÉIS, S.A.
E T G EMPRESA TRANSPORTES E GESTAO SA
UNITED RESINS - Produção de Resinas S.A.
MARFRETE AÇORES - TRANSITARIOS E NAVEGAÇÃO LDA
CATERPLUS - COMERCIALIZACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS DE CONSUMO LDA
Sandre Nata, Lda
AZORIS FAIAL GARDEN, S.A.
AZORIS ANGRA GARDEN, S.A.

IFS - STANDARDS

SUGAPACK - EMPACOTAMENTO AÇUCARES, LDA
MONTARAZ DE GARVÃO TRANSFORMAÇÃO ARTESANAL DE PORCO ALENTEJANO LDA
Panike - Industria de Produtos Alimentares Congelados, S.A.
LACTO-SERRA - COMERCIALIZAÇÃO E FABRICO DE LACTICINIOS, S.A.
CAFÉS NEGRITA, S.A.

ISCC EU

EcoMovimento, Lda
PTM IBÉRICA, UNIPESSOAL, LDA
CARMONA SOC LIMPEZA TRATAMENTO COMBUSTIVEIS S A

ISO 22716 GMP COSMETICS

COLEP PORTUGAL, S.A.

ISO/IEC 27001 - SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

EVERIS PORTUGAL, S.A.
Municipio da Amadora

ISO/TS 16949 - SETOR AUTOMÓVEL

FAURECIA, ASSENTOS AUTOMÓVEL, LDA.
INOVEPLASTIKA - INOVAÇÃO E TECNOLOGIA EM PLASTICOS S A

MARCAÇÃO CE

GRAZIMAC - Materiais de Construção, Lda
TOSCCA-EQUIPAMENTOS EM MADEIRA, LDA.
VERDASCA E VERDASCA SA

MODO DE PRODUÇÃO BIOLÓGICO

NATURALCHOICE - SUPLEMENTOS ALIMENTARES, UNIPESSOAL, LDA
UNILEVER JERONIMO MARTINS, LDA
Brenntag Portugal - Produtos Químicos, Lda
Cooplecnorte - Aquisição e Fornecimento de Bens e Serviços, CRL
UNILEVER JERONIMO MARTINS, LDA

MSC CHAIN OF CUSTODY STANDARD

SULPASTEIS, LDA
SUPERFISH - PRODUTOS ALIMENTARES, S.A.
LUGRADE - BACALHAU DE COIMBRA, S.A.

NP 4413 - MANUTENÇÃO DE EXTINTORES

JV PROTEÇÃO, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA
TECNOSINES - ELECTRICIDADE, ELECTRÓNICA E SISTEMAS DE SEGURANÇA, UNIPESSOAL LDA
Ass. Hum. Bomb. Voluntários de Angra do Heroísmo

NP 4457 - INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

Porcelanas da Costa Verde, SA
ACI - AUTOMOTIVE COMPOUNDING INDUSTRY, LDA
Campos e Campos, Lda
MIND - SOFTWARE MULTIMÉDIA E INDUSTRIAL, S.A.
Savinor - Sociedade Avicola do Norte, S.A.
Avicasal-Sociedade Avicola, SA.
SPAROS, Lda.
EST - EMPRESA SERVIÇOS TÉCNICOS, S.A.

NP EN 16636 - GESTÃO DE PRAGAS

TNOLEN - Est. Serv. de Protecção Ambiental, Lda.
CANNON HYGIENE (PORTUGAL)-SOC.PROD. SERV. HIGIENE

ISO 22000 - SEGURANÇA ALIMENTAR

MARIO CALDEIRA, UNIPESSOAL, LDA
CHOCOLATERIA DELÍCIA, UNIPESSOAL, LDA
AVISABOR - INDÚSTRIA AGRO-ALIMENTAR, S.A.
OLANO LOGÍSTICA DE FRIO, LDA
SAVINOR - SOCIEDADE AVICOLA DO NORTE, S.A.
SPAROS, LDA.
LIPORFIR-PRODUTOS ALIMENTARES, S.A.
CAMPOAVES - AVES DO CAMPO, S.A.
EPORIFRUTAS, S.A.
VICENTE FARIA - VINHOS, LDA
ESTRELA ARTESANAL, QUEIJARIA, LDA
LOGOPLASTE PORTUGAL, LDA
COOPERATIVA AGRICOLA DOS OLIVICULTORES DE VILA FLOR E ANSIÃES, CRL

NP EN ISO 50001 - ENERGIA

Esporão S.A
DHL Express Portugal, Lda.

PEFC - CADEIA DE RESPONSABILIDADE

FERPAPER - DISTRIBUIÇÃO DE PAPEL, S.A.
EIKON CENTRO GRÁFICO SA
GRÁFICA IDEAL DE AGUEDA - INDUSTRIAS GRÁFICAS, S.A

SA8000 - RESPONSABILIDADE SOCIAL

IPLAZ - INDUSTRIA DE PLASTICOS DE AZEMEIS, S.A.
SILSA CONFECÇÕES, S.A.

SC-HOTO-134 - EVENTO MAIS SUSTENTÁVEL

RITMOVAIDOSO - LDA

SOLAS

JUSTLOG - AGENTES TRANSITÁRIOS, LDA.
DARDICO AGROINDÚSTRIA S.A.

MARCA APLOP

EMPRESA PORTUÁRIA DE LUANDA

NP 4427:2004

KNOWJOB-RECURSOS HUMANOS EMPRESA DE TRABALHO TEMPO. LDA (ZONA FRANCA DA MADEIRA)
LUSOFRANCE - EMPRESA DE TRABALHO TEMPORÁRIO, S.A. (ZONA FRANCA DA MADEIRA)

96

1922 - 2018

96 ANOS DE CONFIANÇA COM A SGS PORTUGAL

SGS

WWW.SGS.COM

© SGS Group Management SA – 2018 – All rights reserved – SGS is a registered trademark of SGS Group Management SA

WHEN YOU NEED TO BE SURE